

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JÉSSICA AGUIAR DA ROSA**

**EVIDENCIAÇÃO DO PRINCÍPIO DE RESPONSABILIDADE CORPORATIVA NOS  
RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS COM SEDE NO RIO  
GRANDE DO SUL LISTADAS NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO DA  
BM&FBOVESPA**

**CAXIAS DO SUL**

**2015**

**JÉSSICA AGUIAR DA ROSA**

**EVIDENCIAÇÃO DO PRINCÍPIO DE RESPONSABILIDADE CORPORATIVA NOS  
RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS COM SEDE NO RIO  
GRANDE DO SUL LISTADAS NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO DA  
BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção do Grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis da Universidade de  
Caxias do Sul

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Me. Sinara Jaroseski

**CAXIAS DO SUL**

**2015**

JÉSSICA AGUIAR DA ROSA

**EVIDENCIAÇÃO DO PRINCÍPIO DE RESPONSABILIDADE CORPORATIVA NOS  
RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS COM SEDE NO RIO  
GRANDE DO SUL LISTADAS NO SEGMENTO DO NOVO MERCADO DA  
BM&FBOVESPA**

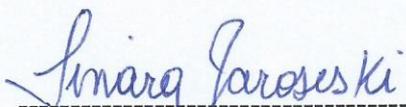
Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção do Grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis da Universidade de  
Caxias do Sul

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Sinara Jaroseski

Aprovado (a) em 04 / 12 / 15

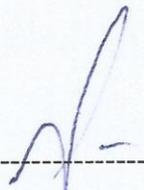
**Banca Examinadora:**

Presidente



Prof<sup>ª</sup>. Ms. Sinara Jaroseski  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Examinadores:



Prof. Me. Nilton Martins  
Universidade de Caxias do Sul - UCS



Prof. Dr. Roberto Biasio  
Universidade de Caxias do Sul - UCS

Dedico a todos que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando na conclusão desta etapa, em especial a minha família e namorado que muito contribuíram para que este trabalho atingisse seus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero expressar meus agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que este trabalho fosse realizado. Em especial a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Ms. Sinara Jaroseski, pela sua competência, dedicação e orientação durante todo o desenvolvimento desta monografia. Agradeço de forma toda especial, a minha mãe, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço. Ao meu pai que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e para mim foi muito importante. A minha irmã que se fez presente durante toda minha trajetória me apoiando incondicionalmente. Ao meu irmão que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo, sempre entendeu que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente. Ao meu namorado que esteve do meu lado todos os finais de semana dedicados ao estudo, me apoiando e incentivando a fazer meu melhor. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

*“Surpreender é melhor que  
decepcionar.”*

Frei Jaime Bettega

## RESUMO

A governança corporativa é um conjunto de princípios, propósitos, processos e práticas que rege o sistema de poder e os mecanismos de gestão das empresas define Andrade e Rossetti (2012, p. 141). Tem objetivo de gerar mais confiança ao negócio e com isso estreitar o relacionamento com seus acionistas com a finalidade de aumentar o valor da empresa e sua perenidade. O objetivo desta pesquisa é evidenciar o princípio de responsabilidade corporativa nos relatórios da administração referentes aos exercícios de 2013 e 2014 das empresas que têm sede no Rio Grande do Sul listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Assim realizou-se uma pesquisa documental e descritiva nos relatórios da administração das empresas da amostra selecionada nos anos de 2013 e 2014, o qual receberam tratamento qualitativo. Examinou-se as ocorrências encontradas do princípio de responsabilidade corporativa, efetuando uma análise de conteúdo para interpretação dos resultados apurados. Os resultados indicaram que cada empresa tem um modo distinto de evidenciar ou não o princípio de responsabilidade corporativa, assim como também preocupações diferentes com essa questão. Conclui-se que as evidências do princípio de responsabilidade corporativa se dão pela preocupação com a sustentabilidade apontando todos seus procedimentos nos relatórios com essa questão, pelos projetos sociais incluídos na companhia, listagem no segmento ISE da BM&FBovespa, inclusão da sustentabilidade nos valores da empresa, preservação do meio ambiente de forma que seus produtos não influenciam na emissão de gases poluentes, balanço social entre outras formas de evidências presentes nos relatórios da administração.

**Palavras-chave:** Responsabilidade corporativa. Governança corporativa. Relatório da administração.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Razões do despertar e do avanço da governança corporativa. ....	26
Figura 2 – Sistema .....	29
Figura 3 - Premissa dos níveis diferenciados de governança .....	36

## LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Empresas selecionadas para análise.....	20
Quadro 2 - Proposta de referencial de análise.....	22
Quadro 3 - Departamentos do Sistema de Governança Corporativa.....	30
Quadro 4 - Princípios de Governança Corporativa.....	33
Quadro 5 - As três dimensões da responsabilidade corporativa .....	34
Quadro 6 - Comparativo dos Segmentos de Listagem.....	38
Quadro 7 - Itens de relevância no princípio de responsabilidade corporativa. ....	41
Quadro 8 - Evidências Lojas Renner S.A.....	50
Quadro 9 - Sustentabilidade Lojas Renner S.A.....	51
Quadro 10 - Evidências das palavras-chave rastreadas. ....	52
Quadro 11 - Relação do Código do IBGC com o desempenho da empresa. ....	54
Quadro 12 - Evidências encontradas SLC Agrícola S.A. ....	57
Quadro 13 - Evidências de sustentabilidade da companhia.....	57
Quadro 14 - Evidência do termo ação social.....	58
Quadro 15 - Trecho evidenciado nos relatórios da administração. ....	59
Quadro 16 - Relação do Código do IBGC com o desempenho da SLC Agrícola S.A. .....	60
Quadro 17 - Trecho do relatório da administração 2013. ....	64
Quadro 18 - Justificativas da não publicação do relatório de sustentabilidade ou similar.....	66
Quadro 19 - Relação do código do IBGC com o desempenho da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ....	67
Quadro 20 - Cruzamento das empresas com o código do IBGC. ....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocorrências dos termos de responsabilidade corporativa na Lojas Renner S.A. ....	49
Tabela 2 - Balanço Social .....	53
Tabela 3 - Investimentos ambientais evidenciados no ano 2014. ....	54
Tabela 4 - Ocorrências dos termos de responsabilidade corporativa na companhia SLC Agrícola S.A. . ....	56
Tabela 5 - Balanço Social SLC Agrícola S.A.....	60
Tabela 6 - Ocorrências evidenciadas nos relatórios da companhia Unicasa Indústria de Móveis S.A. ....	63

## LISTA DE SIGLAS

ABRH-RS –	Associação Brasileira de Recursos Humanos
BM&FBOVESPA –	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CVM –	Comissão de Valores Mobiliários
EUA –	Estados Unidos
FSC –	<i>Forest Stewardship Council</i>
GAS –	Grupo de Ação Social
GEE –	Gases do Efeito Estufa
GLP –	Gás Liquefeito de Petróleo
GRI –	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBGC -	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IGC –	Índice de Ações com Governança Corporativa
ISE –	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO –	Organização Internacional para Padronização
ITAG –	Índice de Ações com <i>Tag Along</i> Diferenciado
KPMG –	Klynveld, Peat, Marwick e Goerdeler
OCDE -	<i>Organization for Economic Cooperation and Development</i>
ON –	Ações ordinárias
PN –	Ações preferenciais
SEC –	<i>Securities Exchange Commission</i>
SOX –	Lei Sarbones-Oxley
TCC –	Trabalho de Conclusão de Curso

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	13
1.2	MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA.....	15
1.3	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	16
1.4	OBJETIVOS .....	17
<b>1.4.1</b>	<b>Objetivo geral .....</b>	<b>17</b>
<b>1.4.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>17</b>
1.5	JUSTIFICATIVA .....	17
1.6	METODOLOGIA.....	18
1.7	ESTRUTURA DO ESTUDO .....	23
<b>2</b>	<b>REFENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>24</b>
2.1	GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	24
2.2	PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	31
2.3	NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	35
2.4	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	39
<b>2.4.1</b>	<b>Elementos que se buscará no relatório da administração .....</b>	<b>41</b>
2.5	ESTUDOS EMPÍRICOS .....	41
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>47</b>
3.1	LOJAS RENNER S.A. ....	48
3.2	SLC AGRÍCOLA S.A. ....	55
3.3	UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.....	61
3.4	ANÁLISE GERAL .....	67
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Grande parte das empresas de capital aberto divulga em suas páginas na *internet* relatórios que trazem informações pertinentes às ações socioambientais praticadas em determinado período (geralmente anual), relata Fregonesi e Roncolato (2014). Em sua maioria, eles apresentam mais informações qualitativas que quantitativas e possuem *interface* agradável ao usuário, devido a estrutura de sua construção.

Há pouco tempo, as empresas não se preocupavam em ser transparentes, atualmente elas divulgam em relatórios obrigatórios e não obrigatórios para evidenciar o que têm feito pela sociedade.

No Brasil observa-se que nos últimos anos, a chamada Governança Corporativa tem tido destaque mais minucioso quando se envolve com o mercado de capitais. Foram estabelecidas novas leis e normas para que as empresas implantassem a governança, a fim de conquistar a confiança dos acionistas e também como forma de evitar condutas fraudulentas das mesmas.

Nesse sentido Slomski *et. al.* (2008), afirma que o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), uma das organizações brasileiras mais ativas nesse contexto, criou o código de melhores práticas de governança corporativa. Um manual de como aplicar boas práticas de governança corporativa nas empresas, bem como todos que a envolvem.

Com isso, se estabeleceu alguns princípios básicos para se desempenhar a governança corporativa nas empresas. Um desses princípios é o da responsabilidade corporativa o qual é a base do presente estudo.

Conforme Andrade e Rossetti (2012, p.553), a importância da boa governança vai muito além dos interesses dos acionistas de uma determinada corporação, os princípios centrais da responsabilidade corporativa são cruciais para a integridade e a credibilidade do sistema de mercado.

Para Dias (2012, p.6), “o termo responsabilidade corporativa remete à boa governança da organização e a uma gestão ética e sustentável”. Segundo ele, também se refere ao conjunto dos compromissos voluntários que uma organização assume para administrar os impactos sociais, ambientais e econômicos que produz na sociedade. Desta maneira a boa governança nas empresas, abrange o alinhamento de interesses dos acionistas e gestores com a finalidade de preservar e

otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

Para Vellani (2011), responsabilidade corporativa engloba questão social, meio ambiente e sustentabilidade. A geração de empregos, preservação da natureza, utilização de recursos sustentáveis são aspectos que se inserem nesse âmbito.

Acredita-se, que com essas medidas as empresas conquistam além da confiança e geração de valor, uma expectativa a longo prazo de seus resultados e empenho com a sociedade em geral, assim assumindo o compromisso com a transparência.

Verifica-se que esse assunto por ser um tema atual mostra ainda deficiência na divulgação e conhecimento de administradores, diretores, acionistas e membros da gestão empresarial. Pressupõe-se ser um estudo de grande valia para incentivar a responsabilidade das empresas e o zelo com o próximo.

Neste contexto, a presente pesquisa compreende ser descritiva e documental. Assim selecionou-se uma amostra de empresas listadas no Novo Mercado, para se analisar os relatórios da administração referentes aos exercícios de 2013 e 2014.

Sendo assim, após as coletas de dados documentais referentes às empresas gaúchas as quais somam três que serão estudadas, se analisou com o intuito de identificar as evidências expostas sobre a conduta do princípio de responsabilidade corporativa e, então estruturar a exposição da conclusão do estudo.

## 1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A divulgação de informações por parte das empresas entende-se ser pertinente para os usuários no processo de tomada de decisões (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006). A evidenciação clara, objetiva e íntegra é outra informação importante que se acredita que trará um maior grau de segurança e confiabilidade com relação à empresa.

“O crescimento exponencial dos mercados de capitais em todo o mundo cria continuamente novas demandas em termos de desempenho, auto regulação, tecnologias e informação”, relata Cavalcante, Misumi e Rudge (2009, p. 82). Ainda

para esses autores, essas preocupações resultaram na implementação de um conjunto de princípios e mecanismos de monitoramento que se deu o nome de governança corporativa. Segundo eles, isso assegura ao proprietário que o comportamento dos executivos eleitos estará sempre alinhado com seus interesses.

Para o Código do IBGC (2009, p. 19), “as boas práticas de governança corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e aperfeiçoar o valor da organização”. Dessa maneira, facilita o acesso das empresas a recursos e contribui para sua longevidade, conclui o código do IBGC.

Os princípios básicos de governança corporativa para o IBGC (2009) são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

A presente pesquisa concentra-se em apenas um dos princípios, que é responsabilidade corporativa. Para o código do IBGC (2009, p. 19), nesse princípio “os agentes de governança corporativa devem zelar pela sustentabilidade das organizações”.

Neste sentido a KPMG realizou uma pesquisa internacional sobre os relatórios de responsabilidade corporativa de 2013 com objetivo de oferecer panoramas das atuais tendências relativas a elaboração de relatórios de responsabilidade corporativa e apoiar as iniciativas de empresas do mundo inteiro para mais transparência e prestação de contas neste aspecto.

Para isso envolveu 4.100 empresas de 41 países, uma amostra 20% maior que a edição anterior da pesquisa em 2011 que vem regularmente sendo realizada pela KPMG a cada dois anos. Esta ampliação reflete um indicativo de que os relatórios de responsabilidade corporativa estão se tornando cada vez mais comuns e necessários, afirmam os autores.

A pesquisa tomou por base informações publicadas em relatórios financeiros anuais, em relatórios de responsabilidade corporativa e nas páginas oficiais das empresas na *internet*.

Um levantamento realizado para esta pesquisa revela que os termos mais adotados pelos relatórios são “Relatório de Responsabilidade Corporativa” (14%) ou “Relatório de Responsabilidade Social Corporativa” (25%), ou “Relatório de Sustentabilidade” (43%).

Constatou-se um crescimento significativo de relatórios de responsabilidade corporativa nas empresas de países emergentes e também atualmente este relatório

é, sem dúvida, uma prática empresarial padrão no mundo inteiro pois foi, adotada por quase três quartos (71%) das 4.100 empresas que participaram da pesquisa em 2013.

Esse índice global aumentou 7 pontos percentuais desde 2011, ano em que menos de dois terços das empresas que participaram da pesquisa (64%) publicavam este tipo de relatório.

Nesta pesquisa verificou-se que entre as 250 maiores empresas do mundo, o índice de publicação do relatório de responsabilidade corporativa está mais ou menos estável em 93%. Em todos os setores, mais da metade das empresas publicaram relatórios de responsabilidade corporativa, o que significa que esta pode ser considerada uma prática empresarial padrão, adotada no mundo inteiro, independentemente do setor, compreende a KPMG (2013).

Observou-se também que é cada vez mais comum a divulgação de informações relacionadas às responsabilidades corporativas no relatório anual. Das empresas pesquisadas mais da metade (51%) inclui informações referentes às responsabilidades corporativas em seus relatórios financeiros anuais. Trata-se de um aumento relevante em relação a 2011, quando apenas 20% delas o faziam, e principalmente em relação a 2008, quando só 4% optavam por este modelo, porém apenas 10% adotaram o relatório integrado.

Foram abordados ainda outros aspectos dos relatórios de responsabilidade corporativa na pesquisa, como as diretrizes estabelecidas para a publicação do relatório, a qualidade dos assuntos abordados entre outros temas relevantes que são evidenciados no relatório.

Assim, a pesquisa visa estudar de que forma é evidenciado o princípio de responsabilidade corporativa de governança nos relatórios anuais de administração, divulgados pelas empresas do Rio Grande do Sul listadas no segmento de Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

## 1.2 MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA DO TEMA

Conforme relata a presidente do conselho de administração do IBGC, Guerra (2014) em entrevista sobre a Lei nº. 12.846/2013 - Lei Anticorrupção - as empresas a partir desta legislação estão aperfeiçoando e revendo suas práticas de governança corporativa.

A transparência das informações integra um dos princípios básicos da governança corporativa, a qual, se acredita ser importante para a empresa adquirir credibilidade com as pessoas interessadas na mesma. Entende-se, que a divulgação de informações e explicações sobre o desenvolvimento da empresa equilibra a relação entre acionistas e gestores.

Pressupõe-se, que o bom relacionamento das organizações esteja ligado às boas práticas de governança corporativa e, desta forma, o valor das empresas e as riquezas de seus acionistas aumentem.

A motivação do tema vem do interesse em investigar se os princípios de governança corporativa são praticados e divulgados pelas empresas listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e ainda observar o esclarecimento diante dos conceitos pré-estabelecidos.

### 1.3 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A BM&FBOVESPA é uma companhia que administra mercados organizados de títulos, valores mobiliários e contratos derivativos, além de prestar serviços de registro, compensação e liquidação (BM&FBOVESPA, 2015). Esta companhia atua, principalmente, como contraparte central garantidora da liquidação financeira das operações realizadas em seus ambientes.

“A demanda por melhores padrões de governança das empresas do Brasil introduziu a criação do Novo Mercado e dos níveis diferenciados de governança corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo”, relata Andrade e Rossetti (2012, p. 447). Para Oliveira (2011, p. 183), “a finalidade da criação desses níveis é propiciar um ambiente de negociação estimulada para maior interesse dos investidores e maior valorização das empresas”.

A BM&FBOVESPA, no segmento de listagem do Novo Mercado, atualmente possui 133 empresas compondo a sua carteira teórica. Deste total, 3 empresas localizam-se na região sul do país, as quais são os objetos desta pesquisa.

Conforme a Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações - no artigo 133º, “o relatório anual da administração deve conter informações sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício”.

Assim, formulou-se o seguinte problema: De que forma é evidenciado o princípio da governança de responsabilidade corporativa nos relatórios anuais da

administração das empresas gaúchas, listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA nos anos de 2013 e 2014?

## 1.4 OBJETIVOS

### 1.4.1 Objetivo geral

Evidenciar o princípio de governança - responsabilidade corporativa - nos relatórios anuais da administração elaborados em 2013 e 2014, pelas empresas com sede no Rio Grande do Sul que são listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

### 1.4.2 Objetivos específicos

Para atender ao objetivo geral identificam-se os seguintes objetivos específicos:

- Realizar levantamento bibliográfico sobre governança corporativa, quanto ao conceito, finalidades, seus níveis e vínculo com a BM&FBOVESPA;
- Coletar as evidenciações de responsabilidade corporativa nos relatórios da administração divulgados pelas três empresas do Rio Grande do Sul no período 2013 e 2014;
- Identificar de que forma é evidenciado o princípio de responsabilidade corporativa em cada uma das três empresas analisadas;

## 1.5 JUSTIFICATIVA

Com a integração da economia e a busca pela maximização de lucros das empresas, entende-se, que a Governança Corporativa é um meio eficiente para se atingir uma relação de confiança perante o mercado de capitais e a harmonia entre as partes interessadas na organização. Para estreitar essa relação, acredita-se, que a transparência nas transações é o caminho mais curto, evidenciando e divulgando toda a movimentação da empresa.

Na cartilha da CVM (2002, p. 1) é salientado, que “o objetivo da governança corporativa é o aumento do valor da companhia, pois, boas práticas de governança

corporativa repercutem na redução de custo de capital aumentando a viabilidade do mercado de capitais como alternativa de capitalização”.

Entende-se, que a escolha desse tema, colaborará com a explanação sobre governança corporativa e sua contribuição para o desenvolvimento das empresas, sendo esta divulgada nos relatórios de administração, o qual apresenta os seus resultados e informações relevantes da mesma.

Diante do exposto compreende-se que o assunto apresentado é de grande relevância, pois, trata-se de uma questão atual, entretanto, pouco pesquisado e abordado nos trabalhos de conclusão de curso de graduação. Contribuirá com uma abordagem nova no meio acadêmico, evidenciando como as empresas aplicam os princípios de governança corporativa.

## 1.6 METODOLOGIA

Para Farias Filho e Arruda Filho (2013, p.4), “o método é um processo de busca da explicação ou de respostas às questões que o fenômeno exige que o pesquisador faça”. Segundo os autores, “o objetivo da investigação (pesquisa) é o conhecimento a ser gerado como ciência, que só é possível quando se opera uma teoria, um método e um conjunto de técnicas aplicado à empiria”.

Neste sentido, “pode-se entender por metodologia o trajeto que se traça para atingir um objetivo qualquer”, afirma Michel (2009, p.35). Para a autora, metodologia “é o caminho que procura a verdade num processo de pesquisa, ou aquisição de conhecimento”.

Portanto nesta seção é apresentada a classificação da pesquisa; a população e amostra a serem estudadas; os instrumentos que serão utilizados para a coleta dos dados e os métodos que serão aplicados no seu tratamento.

Os raciocínios mais comuns em pesquisa são classificados como indutivo e o dedutivo. O presente trabalho é indutivo. Segundo Michel (2006, p.60), “é um tipo de raciocínio que caminha do registro de fatos particulares para chegar à conclusão ampliada que estabelece uma proposição geral”.

Desta maneira Farias Filho e Arruda Filho (2013, p. 70), afirmam que “quando um estudo parte de uma indução, ele parte de uma conclusão de um ou mais fatos particulares ou de determinadas provas”. Ainda para eles, “a conclusão explica os fatos e os fatos dão suporte à conclusão”.

Além disso, este trabalho possui características de pesquisa descritiva pois, tem o propósito de evidenciar o princípio de responsabilidade corporativa nos relatórios da administração das empresas, objeto de estudo.

Conforme Gil (2010, p. 28), “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população”. Segundo ele, “podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

Nesse sentido Andrade (2002, p. 19), “destaca que a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”. Assim, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador, afirma a autora.

O procedimento para elaborar a atual pesquisa, atribui-se a pesquisa documental. Segundo Farias Filho e Arruda Filho (2013, p.65), “pesquisa documental é aquela elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado”.

Trata-se de material de primeira mão, que pode ser tratado analiticamente pelo pesquisador, argumentam os autores. A fonte de dados e de informações são os documentos, é por intermédio deles que se responderão as questões de pesquisa.

Assim, quanto a abordagem do problema constitui-se em pesquisa qualitativa. Conforme Michel (2009, p. 37), “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo”. Segundo a autora, por isso se carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo, dos fatos.

Para Farias Filho e Arruda Filho (2013, p.63), “pesquisa qualitativa, parte de uma visão em que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o pesquisador, entre o mundo objetivo e a subjetividade de quem observa, que não pode ser traduzida em números”. Dessa forma, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas nos processos da pesquisa qualitativa.

Nesse sentido, a resposta que se busca na investigação deve ser obtida de forma numérica, exata, inquestionável e na pesquisa quantitativa, o pesquisador descreve, explica e prediz, assegura Michel (2009, p. 38).

“População ou universo da pesquisa é a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo” (BEUREN *et. al.*, 2006, p.118).

Para Diehl e Tatim (2004, p.64), “população ou universo é um conjunto de elementos passíveis de serem mensurados com respeito às variáveis que se pretende levantar”.

Neste sentido, a população deste estudo são as empresas que negociam ações na bolsa de valores e que adotam princípios de governança corporativa no nível do Novo Mercado da BM&FBovespa. Assim, constatou-se que na BM&FBovespa, estão listadas no segmento Novo Mercado 133 empresas no final de 2014, as quais são a população da pesquisa.

“Amostra é uma porção ou parcela da população convenientemente selecionada” (DIEHL e TATIM, 2004, p. 64). Segundo Beuren *et.al.* (2006, p. 121), “a seleção de amostras é um mecanismo para facilitar o processo de análise e interpretação dos dados”.

Na amostra deste estudo, “não são utilizadas as formas aleatórias de seleção, podendo esta ser feita de forma intencional” (DIEHL e TATIM, 2004, p. 63), caracterizando o método de amostragem não probabilística, o qual será adotado.

As empresas da amostra selecionada, foram escolhidas intencionalmente por localização do país, e dessa forma, tomou-se como base para o estudo companhias com sede matriz no estado do Rio Grande do Sul, totalizando apenas 3 empresas gaúchas no segmento do Novo Mercado que se enquadram nessas condições para a amostra da pesquisa, como apresenta o Quadro 1 as companhias selecionadas para análise.

Quadro 1 - Empresas selecionadas para análise.

<b>Empresas listadas na BM&amp;FBovespa no segmento Novo Mercado</b>	<b>Ramo de Atuação</b>
Lojas Renner S.A.	Comércio de vestuário e calçados.
SLC Agrícola S.A.	Produção e comercialização de algodão, soja, milho entre outros.
Unicasa Indústria de Móveis S.A.	Indústria e comércio de móveis.

Fonte: Site BM&FBovespa, elaborado pela autora.

Para coleta dos dados foram utilizados os relatórios de administração referentes ao exercício 2013 e 2014, das empresas da amostra selecionada conforme Quadro 1. Estes relatórios estão disponíveis para *download* no *site* das respectivas empresas.

Após *download* dos documentos necessários, realizou-se a leitura e interpretação dos documentos afim de, sintetizar as informações que mencionam o princípio de responsabilidade corporativa o qual se busca de que forma é evidenciado.

O modelo de triagem dos termos tomou por base o artigo Evidenciação de Princípios de Governança Corporativa: Uma análise dos relatórios de auditoria elaborados em 2012 pelo órgão de controle interno da Marinha do Brasil, dos autores Marcos José Araújo dos Santos, Francisco José dos Santos Alves e Frederico Antônio Azevedo de Carvalho, publicado em 2014 sendo utilizada a mesma metodologia.

O tratamento dos dados ocorreu mediante a codificação do conteúdo extraído do relatório da administração, relacionando os termos para verificação da frequência de ocorrência do princípio no relatório.

Foi realizada uma análise de conteúdo que é uma dentre as diferentes formas de interpretar um texto, adotando normas sistemáticas de extrair significados temáticos, por meio dos elementos mais simples (CHIZZOTTI, 2006, p.114).

Segundo o autor, consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto. Os fragmentos podem ser palavras, termos ou frases significativas de uma mensagem.

Entretanto para Bardin (2011), “o objetivo da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”.

Dessa maneira a análise dos relatórios foi conduzida qualitativamente sob o entendimento do princípio de responsabilidade corporativa defendido pelo IBGC no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. Assim observou-se a frequência que o princípio ocorreu em cada relatório examinado. Primeiramente identificou-se o princípio evidenciado explicitamente na redação dos relatórios, isto é, as palavras expressas de forma direta.

Em seguida, com a intenção de comprovar a presença implícita do princípio nos relatórios da administração, definiram-se com base no referencial teórico, palavras-chave para associar os termos e as ocorrências ao princípio de responsabilidade corporativa, como mostra o Quadro 2 que é referência para todas as análises.

Quadro 2 - Proposta de referencial de análise.

<b>Princípio Explícito</b>
Responsabilidade Corporativa
Princípio Responsabilidade
Responsabilidade
<b>Princípio Implícito</b>
Meio Ambiente
Sustentabilidade
Ação (ões) Social (is)
Educação
Cultura
Assistencial
Valor aos acionistas
Responsabilidade Social
Responsabilidade Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora.

Para triar as palavras utilizou-se a ferramenta de busca do programa *Adobe Acrobat Reader* para encontrar os termos na redação dos relatórios da administração e quantificar sua frequência de ocorrência o qual, foi reaplicado em todas as empresas para se efetuar as análises com o número de termos evidenciados encontrados em cada uma.

Posteriormente, mapeou-se em planilha eletrônica os dados e se realizou o levantamento das evidenciações procuradas de responsabilidade corporativa nos relatórios da administração. Com os dados mapeados, se identificou as evidências do princípio em cada relatório e efetuou a análise de conteúdo individualmente de cada empresa descrevendo os resultados encontrados.

Para comprovar as evidências encontradas, destacaram-se trechos dos relatórios da administração analisados em que se verificou a ocorrência do princípio de responsabilidade corporativa e das palavras-chave citadas no referencial de análise. Os destaques encontram-se em quadros expositivos e incorporados no texto em formatação itálica.

Por fim, para interpretar o conteúdo geral encontrado na pesquisa dos relatórios da administração das empresas, realizou-se um cruzamento do que as empresas evidenciam com o que diz o código das melhores práticas de Governança Corporativa do IBGC referente ao princípio de responsabilidade corporativa.

## 1.7 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo é apresentada uma contextualização do tema, bem como os objetivos, a questão de pesquisa, justificativa e a metodologia.

No segundo capítulo são apresentados o referencial teórico de todos os elementos que se envolvem na questão problema. Este capítulo tem o objetivo de evidenciar os principais pontos que englobam a governança corporativa e seus princípios para embasar o estudo. Inicialmente são abordados os aspectos conceituais relacionados a governança corporativa e seus princípios conforme o IBGC, dando ênfase na responsabilidade corporativa. Também aborda sobre os níveis de governança corporativa na bolsa de valores e por fim se explana brevemente sobre o relatório da administração e suas obrigações.

No terceiro capítulo, é apresentada a análise dos dados após já coletados nos relatórios da administração, o qual caracteriza a análise de conteúdo. Foi realizada a leitura e interpretação dos documentos afim de, sintetizar as informações. Posteriormente, se mapeou em planilha eletrônica os dados, conforme a proposta do referencial e se realizou um levantamento das evidenciações procuradas de responsabilidade corporativa nos relatórios da administração. Após se analisou individualmente as empresas relacionando as evidências encontradas com o princípio de responsabilidade corporativa proposto pelo IBGC

Ao final, no quarto capítulo, se efetuou o fechamento do estudo, realizando o cruzamento das evidências de responsabilidade corporativa com o conceito do princípio proposto pelo IBGC, assim atendendo ao objetivo principal da pesquisa e respondendo à problemática do estudo que é de que forma se evidencia o princípio de responsabilidade corporativa nos relatórios da administração.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA

“O crescimento e o desenvolvimento dos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços, principalmente a partir da segunda metade do século XX, trouxeram inúmeras mudanças para o ambiente empresarial”, descreve Slomski *et al.* (2008, p. 5). Segundo ele, destaca-se nessas mudanças o aperfeiçoamento e a reconfiguração dos modelos de gestão.

“Quando se discorre sobre governança corporativa não se pode deixar de abordar o problema de agência e seus custos” (SILVA *et al.*, 2011, p.84). Segundo os autores “governança corporativa e teoria da agência são assuntos correlatos, uma vez que ambos abordam o relacionamento entre proprietários e gestores”.

Para Antonelli *et al.* (2014, p.56) problemas de agência é o conflito de interesses que ocorre quando “tem-se de um lado os investidores do capital (acionistas) com seus interesses e, de outro, os gestores, nomeados com a responsabilidade de gerir a organização, também com seus interesses, nem sempre coincidentes com os dos acionistas”.

Dessa maneira, para La Porta *et al.* (2000), governança corporativa é o conjunto de mecanismos que protegem os investidores externos da desapropriação pelos internos.

“Os debates sobre o tema aumentaram consideravelmente após o ano de 2002, com os problemas de governança corporativa ocorridos no mercado de capitais norte-americano o mais sofisticado do mundo”, relata Silveira (2004, p. 47).

Ainda para Silveira (2004) o mercado de capitais norte-americano era considerado até então como exemplo de modelo de governança para todos os outros mercados, principalmente os mercados dos países emergentes como o brasileiro.

Nesse sentido, para Faria *et al.* (2008, p. 194) “o fato que alavancou o conceito de governança corporativa em toda a parte do mundo foram os escândalos envolvendo a administração, controladoria, finanças e auditoria em grandes empresas americanas”. A partir desses acontecimentos, a comunidade em geral tomou conhecimento, da maneira mais chocante possível, do fato de que não se

pode confiar às cegas nas práticas da alta direção de algumas corporações, independentemente do seu porte ou nacionalidade.

Criada em 2002, “a Lei *Sarbones-Oxley*, SOX, surgiu em decorrência dos escândalos corporativos nos Estados Unidos, tendo como principal objetivo diminuir os casos de fraudes contábeis e financeiros” (FARIA *et.al.*, 2008, p. 206). Para esses autores, a Lei SOX, também tem como objetivo ampliar o rigor com que as companhias fiscalizam suas atividades e fortalecer os controles éticos e morais sobre as decisões tomadas.

Neste contexto, para Andrade e Rossetti (2012, p. 444) “a lei impôs novas regras rígidas de governança corporativa, estendidas pelas *Securities Exchange Commission* (SEC) às companhias estrangeiras com emissões negociadas nos Estados Unidos”. Portanto, “sob uma legislação muito mais rigorosa, as empresas passaram a exigir, da parte dos conselheiros e dos executivos uma disciplina e uma ética mais fortes e sustentadas”, explica Oliveira (2011, p. 15).

Pressupõe-se que, a Lei *Sarbones-Oxley*, foi criada para restabelecer a economia abalada pelos fatos negativos a imagem das negociações de capitais americanos, reafirmando as práticas de governança corporativa nas empresas, e assim recuperar a confiança e o respeito do mercado financeiro que impactou o mundo.

No Brasil, “o debate em torno deste tema se intensificou bastante na última década, na medida em que as relações entre administradores, acionistas majoritários e minoritários sofreram profundas alterações”, relata Faria *et. al.* (2008, p. 194). Essas alterações segundo os autores, ocorreu pela reestruturação societária provocada pelas privatizações, a entrada de novos sócios nas empresas do setor privado, principalmente investidores institucionais.

“A governança corporativa surgiu para cuidar desses conflitos e de outros desalinhamentos nas companhias”, afirma Andrade e Rossetti (2012, p. 104). Segundo eles, resultaram também mudanças internas nas corporações, com ênfase na constituição de conselhos eficazes e guardiões. Assim, na Figura 1, explica-se as razões do despertar e dos avanços da governança corporativa (ANDRADE; ROSSETTI, 2012, p. 104).

Figura 1 - Razões do despertar e do avanço da governança corporativa.

Conflitos e inadequações internas	De ----- Para	
	Condições prevaletentes	Mudanças em curso
<b>Relacionamento acionistas- corporações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falhas, informalidade e descontinuidades: autonomias superando limites aceitáveis.</li> <li>- Inconformidades com disposições estatutárias.</li> <li>- Opacidade ou acesso privilegiado a informações.</li> <li>- Desprezível participação efetiva de minoritários.</li> <li>- Expropriações: abuso do poder de majoritários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ajustes, maior formalidade e regularidade no relacionamento.</li> <li>- Conformidade: restabelecimento de maior rigor.</li> <li>- Transparência: comunicações abertas.</li> <li>- Democracia acionária: minoritários ativos e representados.</li> <li>- Justa retribuição dos investidores minoritários.</li> </ul>
<b>Constituição dos conselhos de administração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Baixa eficácia. <i>Pro Forma</i> preponderando sobre efetividade.</li> <li>- Conflitos de interesses presentes.</li> <li>- Mérito e competência desconsiderados.</li> <li>- Mandatos irremovíveis de conselheiros complacentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprometimento, responsabilidade, resultados.</li> <li>- Reações: não aceitação de conflitos de interesse.</li> <li>- Exigência: perfis de excelência.</li> <li>- Alternância e nomeação, pelos acionistas, de conselheiros independentes.</li> </ul>
<b>Atuação da direção executiva: conflitos de agência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflitos com interesses dos acionistas: benefícios questionáveis auto-concedidos.</li> <li>- Conciliação questionável dos resultados de curto com os de longo prazo.</li> <li>- Diretrizes impactantes não consensadas.</li> <li>- Estratégias defensivas: proteções para os gestores não geradoras de valor.</li> <li>- Manipulações contábeis: resultados forjados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alinhamento negociado de interesses: harmonização fundamentada em resultados.</li> <li>- Gestão de resultados: brilho de curto prazo não prejudicial à perenidade da companhia.</li> <li>- Avaliação e homologação pelos conselhos de administração.</li> <li>- Estratégias agressivas, bem formuladas e arrojadas, geradoras de valor.</li> <li>- Prestação responsável de contas: rigor na demonstração de resultados.</li> </ul>

Fonte: Andrade e Rossetti (2012, p. 91).

De acordo com os autores, no relacionamento acionistas-corporações um dos pontos que contribuiu para o avanço da governança corporativa, foi a opacidade ou acesso privilegiado das informações, a qual se refere a ausência de transparência e atribui benefícios nas relações de alguns indivíduos da propriedade. Dessa forma, uma das mudanças nesses conflitos é garantir uniformidade das relações entre acionistas e gestão com o cumprimento rígido das disposições estatutárias.

Ainda se menciona na Figura 1, no tópico constituição dos conselhos de administração, uma mudança importante com o avanço da governança é a *pró forma* preponderando sobre a efetividade, isto é, os conselhos da administração passaram de apenas aparência e formalidade, para exercer função mais participativa e efetiva nas empresas.

Na atuação da direção executiva um dos pontos apontados para mudança, é o questionamento sobre o curto e longo prazo das empresas pois, uma gestão mais focada no curto prazo gera resultados que produzem um falso brilho, como afirmam

Andrade e Rossetti (2012) na Figura 1, porque, não preza por resultados a longo prazo. Dessa maneira a proposta da governança é um plano estratégico de riscos mais altos e bem gerenciado, o que resultaria em maior retorno para o capital investido e os resultados mais duradouros, o que evita números equivocados em períodos curtos.

Conforme Slomski *et al.* (2008, p. 6), “em virtude da sua extensão e diversidade de seus impactos causados nas sociedades, há uma variedade, também, nas tentativas de definição do significado e do alcance da governança corporativa”.

A governança corporativa tem fundamentos sólidos, definidos a partir de princípios éticos aplicados na condução dos negócios, seu desenvolvimento e sua afirmação têm razões macro e microeconômicas (ANDRADE; ROSSETTI, 2012, p. 26).

Para Oliveira (2011, p. 16), “governança corporativa é o conjunto de práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas ao proteger, de maneira equitativa, todas as partes interessadas”. Finaliza o autor, que essa prática facilita o acesso às informações básicas da empresa e melhora o modelo de gestão.

Entretanto para Andrade e Rossetti (2012, p. 141), a governança corporativa é um conjunto de princípios, propósitos, processos e práticas que rege o sistema de poder e os mecanismos de gestão das empresas.

Entre diversos conceitos existentes, acredita-se que de modo geral todos tenham a finalidade de aumentar o valor da empresa, gerar mais confiança ao negócio e com isso estreitar o relacionamento com seus acionistas.

Segundo Slomski *et al.* (2008, p. 44), a partir da Lei nº 10.303/01, que altera e acrescenta dispositivos sobre as Sociedade por Ações e sobre o mercado de valores mobiliários, associadas a um conjunto de medidas anunciadas pelos órgãos reguladores, como BOVESPA, CVM e Banco Central do Brasil (BACEN), “representam um marco importante no avanço das práticas de governança no país e mais especificamente no mercado de capitais”.

Conforme os autores, os principais documentos que tratam do tema governança corporativa no Brasil são: o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e a Cartilha de Governança Corporativa da CVM, os quais foram elaborados com base nos principais códigos internacionais que tratam do tema.

A CVM com a publicação de sua cartilha em 2002, buscou estimular o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro por meio da divulgação de práticas de boa governança corporativa (FARIA *et. al.*, 2008, p. 196). “Seu objetivo foi de orientar nas questões que podem influenciar significativamente a relação entre administradores, conselheiros, auditores independentes, acionistas controladores e acionistas minoritários”, complementa os autores.

Para a CVM,

Governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital (Cartilha de Governança, 2002, p. 1).

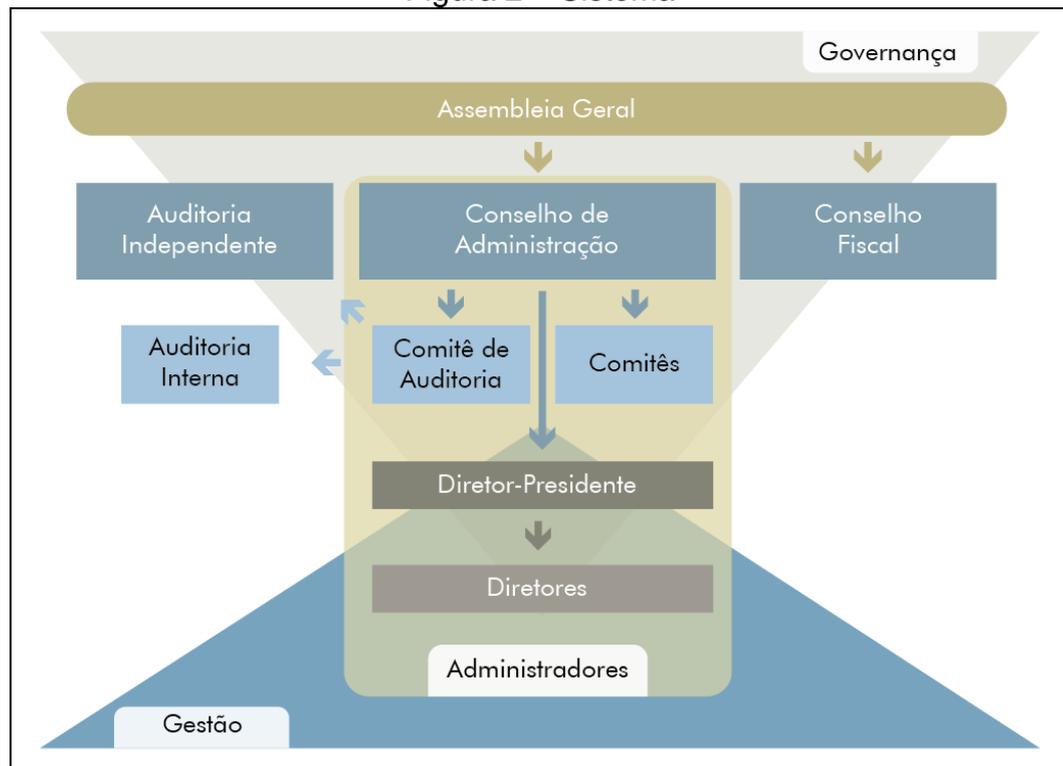
Além de todas as deficiências já mencionadas nas gestões das empresas, verifica-se também que no Brasil antes do feito americano, tem-se problemas no elevado índice de corrupção entre seus executivos e políticos o qual compreende-se sonegação fiscal e outros atos ilícitos (FARIA *et. al.*, 2008).

Assim em 1995 foi criado o IBGC, o Instituto tem como objetivo melhorar a governança corporativa no Brasil, afirma Faria *et. al.* (2008, p. 223). No ano de sua criação, lançou o primeiro Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa em nosso país, “que aborda temas como o relacionamento entre os acionistas controladores e os minoritários, bem como as diretrizes para o funcionamento do Conselho de Administração”.

Para o IBGC, a preocupação da Governança Corporativa é, portanto, “criar um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o comportamento dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da empresa”.

Na Figura 2, apresenta-se o modelo e a posição de cada órgão do sistema de governança das organizações, segundo o código das melhores práticas de governança corporativa do IBGC.

Figura 2 – Sistema



Fonte: Site Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2009).

Diante do exposto, pensa-se que cada empresa deve alinhar seu modelo de gestão junto à governança corporativa de acordo com a necessidade, pois se acredita não existir modelo pronto para ser seguido. Deve-se com conhecimento organizar os departamentos obrigatórios aos não obrigatórios para se alcançar os objetivos e interesses da empresa.

No Brasil, “os conselheiros profissionais e independentes surgiram em resposta ao movimento pelas boas práticas de governança corporativa e à necessidade de as empresas modernizarem sua alta gestão, visando tornarem-se mais atraentes para o mercado”, descreve Silva (2012, p. 47). No Quadro 3 se aborda as principais funções dos agentes da governança, o qual formam o sistema dentro das empresas.

Quadro 3 - Departamentos do Sistema de Governança Corporativa.

Órgãos da Governança Corporativa	Função	Fontes
<b>Assembleias</b>	É o órgão soberano da organização. A reunião deve ser realizada na sede da companhia e esta relacionada, a qualquer mudança do contrato social, remunerações, votações de conselheiros e tudo o que envolve o patrimônio da empresa.	IBGC 2009; SILVA 2012.
<b>Conselho da Administração</b>	Principal componente do sistema de governança corporativa. Tem finalidade de proteger o patrimônio da empresa e de maximizar o retorno dos investimentos dos acionistas. Serve como elo entre propriedade e gestão para orientar e supervisionar a relação das mesmas.	SILVA 2012; OLIVEIRA 2011; VALENTE 2010.
<b>Conselho Fiscal</b>	Tem objetivo de fiscalizar os atos da administração, dar opinião sobre tomada de contas, emitir parecer e prestar informações aos sócios. Os membros são escolhidos através de assembleia ordinária. É um órgão não obrigatório	SILVA 2012; VALENTE 2010.
<b>Auditoria Independente</b>	Todas organizações de capital aberto deve ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor externo independente. Sua função é verificar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade, averiguando a exatidão e fidelidade dos procedimentos das demonstrações e relatórios de acordo com os princípios estabelecidos por lei e pela empresa.	IBGC 2009; OLIVEIRA 2011.
<b>Comitês</b>	São órgãos acessórios ao Conselho da Administração, sua existência não implica a delegação de responsabilidades da mesma. Refletem a preocupação das empresas em distribuir alguns assuntos de sua responsabilidade, de modo a avaliar as questões com mais profundidade por grupos qualificados para dar suporte a decisão final pelo Conselho da Administração.	IBGC 2009; KPMG 2014
<b>Gestão</b>	Gestão é o processo estruturado, interativo e consolidado de desenvolver e operacionalizar as atividades de planejamento, organização, direção e avaliação dos resultados, visando ao crescimento e ao desenvolvimento sustentado da empresa.	OLIVEIRA 2011

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos autores pesquisados.

## 2.2 PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na história da governança corporativa, se destaca também “o marco estabelecido por uma organização multilateral, a *Organization for Economic Co-operation and Development*, ou, com a sigla em português, OCDE” (ANDRADE; ROSSETTI, 2012, p.173).

Nesse sentido, ainda para Andrade e Rossetti (2012), é o marco de maior alcance, tanto pela abrangência dos aspectos tratados, quanto pela difusão internacional dos princípios da boa governança. Concluem os autores que, a OCDE é reconhecida também pela sua influência na definição de códigos de melhores práticas em crescente número de países.

Assim para a OCDE (2004), os princípios são um instrumento vivo que contém normas não vinculativas e boas práticas, bem como orientação sobre a sua aplicação, podendo ser adaptados às circunstâncias específicas de cada país e região.

Para Marques (2007, p.15), os princípios da OCDE tornam-se como ponto de referência para que as empresas e países desenvolvam os seus próprios princípios, obedecendo às suas particularidades e necessidades. Ainda neste âmbito, a autora relata que hoje em dia, a evolução de princípios é tão ampla que engloba outros temas, como os métodos alternativos de solução de conflitos, a responsabilidade social, o meio ambiente das empresas, entre outros aspectos.

Andrade e Rossetti (2012, p.143, grifo do autor), afirmam que “os princípios são a **base ética** da governança”. Santos *et. al.* (2014, p. 5) esclarece que, “o termo princípio pode ser associado a uma regra ou orientação de caráter geral a ser seguida”. No Brasil, destaca-se neste contexto o IBGC, que criou o código das melhores práticas de governança corporativa, incluindo seus princípios básicos: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Segundo Oliveira (2011, p. 164), “as melhores práticas de Governança Corporativa representam o conjunto de todas as orientações básicas que as empresas devem seguir para consolidar moderno e otimizado modelo de gestão corporativa”. Desta maneira, as práticas visam aumentar o valor e a atratividade da empresa, facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua efetividade e longevidade, finaliza o autor.

Para OCDE (2004), é importante salientar que os esforços são igualmente para contribuir com o desenvolvimento de uma cultura de valores (confiança e integridade) ao comportamento profissional e ético de que depende o bom funcionamento dos mercados.

Conforme o exposto, acredita-se que os princípios são base importante para a aplicação da governança corporativa nas empresas, definindo-se melhor seus objetivos e estratégias de gestão. O IBGC, o órgão de governança corporativa no Brasil, se destaca pela elaboração de seus princípios, demonstrados no Quadro 4 com suas definições, o qual será tomado como base no atual estudo.

No Quadro 4 estão evidenciados os quatro princípios que o IBGC salienta sobre a Governança Corporativa. A transparência se refere às demonstrações de resultados expostas às partes interessadas no negócio, não apenas por obrigação, mas também por querer demonstrar seu desempenho mantendo uma relação clara com investidores. No que diz respeito com a equidade, se insere no tratamento igualitário com os acionistas independentemente da sua participação no capital da empresa pois, sua parte influência nas decisões da mesma maneira e devem ser consideradas com a mesma propriedade.

O princípio de prestação de contas, incorpora a responsabilidade dos agentes de governança como o conselho da administração, a responder qualquer divergência de comportamento ou omissões durante a ocupação do cargo, assim sendo uma forma de coibir as atitudes de má fé. Por fim a responsabilidade corporativa estabelece uma relação humanitária, quando se conduz que as empresas exerçam estratégias visando à sociedade e ao meio ambiente, para obter uma visão e perspectiva de longo prazo no negócio e ao mesmo tempo auxiliando a comunidade em geral.

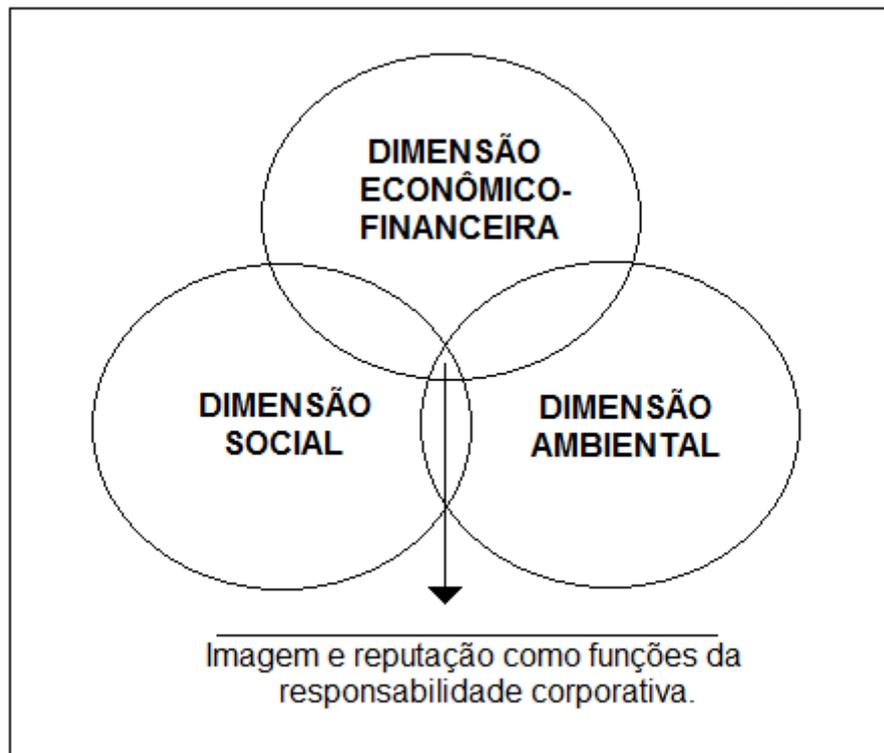
Quadro 4 - Princípios de Governança Corporativa

Princípios	Significados	Fontes
<b>Transparência</b>	A transparência deve assegurar a divulgação no tempo certo e objetivo de todas informações relevantes relativas à sociedade, principalmente no que diz respeito a situação financeira, desempenho, participações sociais e governo da empresa. Mais do que a obrigação de informar é o desejo de disponibilizar para as partes interessadas, as informações que seja, de seu interesse, especialmente as de alta relevância a qual impactam o negócio e que envolvam resultados, oportunidades e riscos.	OCDE 2004; IBGC 2009; ANDRADE E ROSSETTI 2012
<b>Equidade</b>	Caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes relacionadas. Esta associada com o respeito dos minoritários, por participação igual com os majoritários. Esse tratamento dá-se tanto no aumento de riquezas corporativas, quanto nos resultados das operações. É relevante que haja alinhamento de interesses entre acionistas controladores, minoritários e administradores.	IBGC 2009; ANDRADE E ROSSETTI 2012
<b>Prestação de Contas</b>	Os agentes de governança (aqueles que possuem interesse e responsabilidade sobre os atos da sociedade) devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeu, e responder integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos, assumindo as consequências de sua conduta e omissões.	IBGC 2009; SILVA 2012
<b>Responsabilidade Corporativa</b>	Integração de questões ambientais, sociais e éticas nos valores da empresa, estratégias de negócio e na gestão. Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a longevidade. Proporciona valor aos acionistas e fornece educação, cultura, lazer e justiça social à comunidade e também proteção da diversidade do ecossistema.	KPMG 2006; IBGC 2009; VELLANI 2011

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos autores pesquisados.

Neste sentido Andrade e Rossetti (2012, p. 553), afirmam que “a boa governança corporativa, mesmo ampliada e abrangendo múltiplos interesses situados nas cadeias de negócios, é uma das três dimensões da responsabilidade corporativa”. Para os autores, as outras duas são a cidadania e a sustentabilidade, assim no Quadro 5 está uma síntese desse conceito.

Quadro 5 - As três dimensões da responsabilidade corporativa



Fonte: Andrade e Rossetti (2012, p. 556), adaptado pela autora.

Para os autores, na dimensão econômico-financeiro engloba, maximização do valor da companhia e do retorno dos investimentos, gerenciamento eficaz de vulnerabilidade e riscos, atenção às recomendações dos códigos de melhores práticas e comprometimento com os princípios da boa governança.

Na dimensão social, segundo Andrade e Rossetti abrange a adesão a causas de interesse social, a redução da exclusão sócio-econômica, internalização e monitoramento de políticas e atitudes, abolição de discriminações referentes a diversidade em suas múltiplas manifestações e a conciliação dos objetivos das partes interessadas com outros *stakeholders*, ampliando seu raio de alcance na perspectiva social.

Em dimensão ambiental para eles, se aplica no que diz respeito a negócios

e gestão alinhados à boa gestão ambiental, alongamento do horizonte estratégico, certificações de qualidade ambiental e atuação consistente com questões ambientais de alcance global.

Para as empresas brasileiras, conforme Silva (2012), os princípios de governança corporativa e de responsabilidade social e ambiental das empresas apresentam um grande desafio, pois não é mais suficiente publicar um balanço favorável no fim do ano, maximizar os lucros dos acionistas e distribuir os dividendos.

Desta maneira, “as empresas do exterior argumentam que a integração de práticas de reponsabilidade corporativa para o núcleo da sua atividade e questões sociais e ambientais, ajuda a melhorar a sua reputação e seu nível de reconhecimento, o que sugere mais lucro a longo prazo” (ÁLVAREZ, FORMIGONE; ANTUNES, 2014, p. 15).

### 2.3 NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Identifica-se que os níveis de governança corporativa, estão vinculados a negociação de capital na bolsa de valores. Sendo assim, bolsa de valores "são locais que oferecem condições e sistemas necessários para a realização de negociação de compra e venda de títulos e valores mobiliários de forma transparente" (BM&FBOVESPA).

Neste sentido, a bolsa de valores "tem atividade de auto regulação que visa preservar elevados padrões éticos de negociação, e divulgar as operações executadas com rapidez, amplitude e detalhes" (BM&FBOVESPA).

Segundo Andrade e Rossetti (2012, p. 447), "a criação, em 2000, do Novo Mercado e dos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo inseriu-se entre as iniciativas que tem respondido, nos últimos anos, à demanda por melhores padrões de governança das empresas no Brasil".

Para BM&FBOVESPA, os segmentos especiais de listagem - Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1 - foram criados no momento em que perceberam que, para desenvolver o mercado de capitais brasileiro, era preciso ter segmentos adequados aos diferentes perfis de empresas.

Entretanto para Colombo e Galli (2010), uma parte das companhias brasileiras já adotava práticas de governança corporativa, porém, não havia critérios

adequados que pudessem sinalizar aos investidores quais as diferenças e vantagens oferecidas pelas empresas que adotavam tais práticas.

De acordo com Silva (2012, p. 127), “o Novo Mercado é voltado para empresas que pretendem abrir capital na bolsa de valores, enquanto os níveis diferenciados são direcionados para empresas que já tem ações negociadas na BOVESPA.”

De acordo com a BM&FBOVESPA,

Todos os segmentos prezam por rígidas regras de governança corporativa, essas regras vão além das obrigações que as companhias têm perante a Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.As.) e têm como objetivo melhorar a avaliação das companhias que decidem aderir, voluntariamente, a um desses níveis de listagem.

A Figura 3 apresenta, em síntese, o caminho das empresas que aderem as práticas de governança corporativa.

Figura 3 - Premissa dos níveis diferenciados de governança



Fonte: Oliveira (2011, pg. 184).

Procianoy e Verdi (2009), encontraram evidências que as empresas que aderiram aos novos mercados apresentaram maior liquidez que as empresas negociadas no mercado tradicional. Nesse contexto, as empresas que aderem à governança corporativa, se caracterizam por ser de maior tamanho, maior lucratividade e maior dispersão acionária. Por fim, o estudo afirma que companhias com boas práticas de governança corporativa e listadas nos níveis diferenciados,

aumentam sua confiança e a disposição dos investidores em adquirirem suas ações, pagarem um preço melhor por elas, reduzindo seu custo.

Para Oliveira (2011), as práticas de Governança Corporativa nas corporações estão sustentadas pela ampliação dos direitos societários dos acionistas minoritários e o aumento da transparência das empresas. Ainda para o autor, com o maior volume e qualidade das informações, possibilita adequado acompanhamento e avaliação dos resultados dessas empresas.

De acordo com Silva (2012, p. 127), “a adesão a qualquer dos níveis se faz através de um contrato entre a empresa, seus controladores, administradores e a BOVESPA”. Conclui o autor que, é estipulado no contrato que as partes vão atender ao regulamento de práticas diferenciadas de Governança Corporativa pois, a BOVESPA tem a obrigação de fiscalizar e, se for o caso, punir as infrações.

O ponto chave exigido para listagem das empresas nesses segmentos diferenciados de mercado é a maior proteção e, como decorrência esperada, a maior presença do investidor minoritário no mercado (Andrade e Rossetti, 2012 p. 451).

O propósito desses compromissos assumidos, referente aos acordos dos segmentos de listagem pelas empresas, é mostrar para os investidores que elas fornecem informações de qualidade, o que diminui as incertezas no processo de avaliação e risco (Silva, 2012, p.127).

Todos os segmentos prezam por rígidas regras de governança corporativa. Essas regras vão além das obrigações que as companhias têm perante a Lei das Sociedades por Ações (Lei das S.As.) e têm como objetivo melhorar a avaliação das companhias que decidem aderir, voluntariamente, a um desses níveis de listagem (BM&FBOVESPA). Assim, no Quadro 6 são apontadas as diferenças exigidas pelos diferentes níveis de governança corporativa.

Quadro 6 - Comparativo dos Segmentos de Listagem

	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1	TRADICIONAL
<b>Características das ações emitidas</b>	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN ( com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)	
<b>Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float)</b>	No mínimo 25% de <i>free float</i>			Não há regra
<b>Distribuição públicas de ações</b>	Esforços de dispersão acionária			Não há regra
<b>Vedação a disposições estatutárias</b>	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"		Não há regra	
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos		Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação)
<b>Vedação à acumulação de cargos</b>	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)			Não há regra
<b>Obrigações do Conselho de Administração</b>	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia		Não há regra	
<b>Demonstrações Financeiras</b>	Traduzidas para o inglês		Conforme legislação	
<b>Reunião pública anual</b>	Obrigatório			Facultativa
<b>Calendário de eventos corporativos</b>	Obrigatório			Facultativa
<b>Divulgação adicional de informações</b>	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta			Não há regra
<b>Concessão de Tag Along</b>	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	80% para ações ON (conforme legislação)	
<b>Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico</b>	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento		Conforme legislação	
<b>Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado</b>	Obrigatório		Facultativo	

Fonte: Site da BM&FBOVESPA (2015), adaptado pela autora.

Para BM&FBOVESPA, “as companhias listadas no Nível 1 devem adotar práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores”.

Neste âmbito Silva (2012, p.127), explica que “as empresas que fazem parte do mercado tradicional da BOVESPA e que passam para o Nível 1 se comprometem a fornecer informações adicionais de interesse dos investidores, além das obrigatórias exigidas por lei”.

No Nível 2 as empresas destacam um conjunto mais amplo de práticas de Governança Corporativa relativas aos direitos dos acionistas minoritários, assumindo compromissos além dos exigidos no Nível 1 (OLIVEIRA, 2011, p. 186).

Nesse sentido Assaf Neto (2014, p. 245), explica que o Novo Mercado tem

“o objetivo de ampliar os direitos dos acionistas e atribuir maior importância na melhoria da relação com os investidores, elevando o potencial de valorização dos ativos emitidos pela companhia no mercado”.

Para Silva (2012 p.131), esse segmento de listagem, “trata de fatores determinantes para avaliação do grau de proteção do investidor e que por isso influenciam sua percepção de risco e o custo de capital das empresas”.

Além das regras do Nível 1 e Nível 2, o Novo Mercado tem outras adaptações para as empresas que desejam seguir nesse segmento. “A principal inovação do Novo Mercado, em relação a legislação, é a exigência de que o capital social da companhia seja composto somente por ações ordinárias” (PROCIANOY; VERDI, 2009). O Novo Mercado, conduz as empresas ao mais elevado padrão de Governança Corporativa.

Pode-se concluir que os segmentos de listagem visam uma melhor observação da governança corporativa, atribuindo a esses segmentos um auxílio para o fortalecimento das empresas no mercado, que buscam valorização e maximização de lucros. Em contrapartida, para os investidores e demais interessados essas listagens proporcionam mais segurança e confiança para negociações.

## 2.4 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para Jacques *et. al.* (2011, p. 45), “a utilização dos relatórios contábeis como forma de divulgação dos atos empresariais, está inserido na regulamentação de boas práticas de governança corporativa”. Segundo os autores, a divulgação de informações financeiras e gestão, visa atender às exigências dos usuários internos e externos da organização sendo esta a relação principal com a governança corporativa.

Nessa perspectiva, Rodrigues *et. al.* (2006, p.11) orienta que, “o relatório da administração associado ao *disclosure* adotado pelas empresas na divulgação de seus resultados, é mais um elo na prática da Governança Corporativa”.

Assim, “o Relatório da Administração é um complemento às demonstrações financeiras, pois fornece, de forma descritiva, dados e informações adicionais, que podem ser úteis aos usuários em seu julgamento”, esclarece Rodrigues *et. al.* (2006, p.11).

Entretanto, “o relatório da administração, não faz parte das demonstrações contábeis propriamente ditas, mas a lei exige a apresentação dele” (MARTINS *et. al.*, 2013, p.818).

Conforme dispõe a Lei 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações- art. 133º, inciso I deve-se esclarecer no, “relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo”.

Ainda o art. 243º, descreve que “o relatório anual da administração deve relacionar os investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício”. Em relação ao relatório da administração, constata-se que são apresentadas essas normas para evidenciação, entre outros aspectos que devem ser publicados juntamente com as demonstrações financeiras de acordo com a lei.

Conforme Martins *et. al.* (2013, p.815), “é importante lembrar que os usuários objetivam analisar a situação atual e de resultados passados da empresa fornecidos pelas demonstrações contábeis”.

A CVM estabelece no parecer de orientação nº15/87, direções para uma melhor elaboração do relatório de administração, visto que deve-se além das demonstrações, apresentar comentários a respeito das variações ocorridas. Outros aspectos apresentados, são a divulgação de informações úteis no relatório da administração, que possibilitem o conhecimento da companhia, e ser redigido com linguagem simples para ser acessível ao maior número possível de leitores pois, se transforma num elemento de comunicação entre companhia, seus acionistas e a comunidade.

Além disso, a título de recomendação e exemplo o parecer da CVM nº 15/87, apresenta uma relação de itens que constituem informações que atendem às linhas gerais comentadas e já apresentadas por companhias brasileiras no relatório da administração, entre essas questões estão: descrição dos negócios, produtos e serviços, comentários sobre a conjuntura econômica, recursos humanos, investimentos, pesquisa e desenvolvimento, proteção ao meio-ambiente, entre outros pontos que orientam para elaboração do relatório da administração.

A lei nº 6.385/76 art. 22º, parágrafo único, inciso II delega a CVM expedir normas aplicáveis às companhias abertas, sobre relatório da administração e demonstrações financeiras, se tornando importante órgão regulador sobre o assunto.

Atualmente, as empresas estão preocupadas com a divulgação das boas práticas corporativas, portanto, “são feitos investimentos relevantes na divulgação das ações sociais, política de responsabilidade ambiental, observância dos princípios éticos, tratamento igualitário no emprego de homens e mulheres, utilização de mão-de-obra de deficientes, etc.” (FARIA *et. al.* 2008, p. 204).

Corroborando essas ideias, a gestão da ética é importante para a promoção de boas práticas de negócios, transparência e redução dos riscos, assim deve-se divulgar no relatório da administração a eventual existência de um código de ética empresarial e qualquer estrutura de governança posta em prática, acrescenta Martins *et. al.* (2013).

#### 2.4.1 Elementos que se buscará no relatório da administração

Com base em todos os fundamentos expostos, o Quadro 7 consta elementos que englobam responsabilidade corporativa, os quais se buscará nos relatórios da administração suas evidenciações.

Quadro 7 - Itens de relevância no princípio de responsabilidade corporativa.

ITENS ABORDADOS	AUTORES CITADOS
Meio Ambiente	KPMG, IBGC, SILVA (2012)
Sustentabilidade	IBGC, VELLANI (2011)
Ações Sociais (educativas, culturais, assistenciais...)	ANDRADE E ROSSETTI (2012), SILVA (2012), VELLANI (2011)
Valor aos acionistas	VELLANI (2011), FARIA <i>et.al.</i> (2008)
Maximização do valor da companhia	ANDRADE E ROSSETTI (2012), SILVA (2012)
Longevidade da empresa	IBGC, ÁLVAREZ, FORMIGONE; ANTUNES (2014)

Fonte: Dados da pesquisa, com base nos autores.

## 2.5 ESTUDOS EMPÍRICOS

Os princípios de governança corporativa são aplicáveis a qualquer organização, afirmam Alves e Machado Filho (2014). Em estudo realizado pelos autores, buscou-se investigar a associação entre os princípios de governança corporativa e a atuação das ouvidorias em instituições bancárias no Brasil. A ouvidoria é o canal de última instância para atendimento em instituições bancárias

no Brasil, as mesmas devem disponibilizar informações a clientes e usuários, prestando esclarecimentos e dando ciência acerca do andamento e das providências adotadas, não deve distinguir clientes daqueles que não o são e atuar promovendo melhorias em procedimentos e rotinas da própria instituição, com base nas reclamações recebidas de clientes e usuários. Para se aplicar o estudo, utilizou-se como base os princípios de governança corporativa, em especial aqueles constantes do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, documento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC (2009). Por meio de exemplos se associou a atuação da ouvidoria de intuições bancárias a cada princípio do IBGC.

Alves e Machado Filho (2014) realizaram uma pesquisa de campo em forma de questionários, com especialistas das áreas de ouvidoria, canais de atendimento e regulação, supervisão de instituições bancárias, atendimento ao cidadão ou atividades acadêmicas e com experiência nos últimos dois anos antes da coleta dos dados. Delimitou-se em vinte e quatro questionários respondidos completamente o qual responderam quatro sentenças com base na atuação da ouvidoria associada a cada princípio de governança corporativa (transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa). Em cada sentença deveria-se atribuir notas de zero a dez a respeito dessa associação: uma nota para situação atual e outra para situação ideal, considerando no final 192 notas analisadas. O tratamento dos dados contemplou uma análise descritiva seguida por análise inferencial. Verificou-se após a conclusão das análises, que existe associação entre os quatro princípios de governança corporativa a atuação das ouvidorias em intuições bancárias devido as comparações múltiplas de forma simplificada, do questionário respondido pelos especialistas. Porém tal associação pode ser aprimorada visto que a situação ideal difere significativamente da atual em todos os princípios, mas o princípio de prestação de contas tem uma distância inferior à distância pertinente aos princípios da responsabilidade corporativa e da transparência.

Fiório *et. al.* (2008) expõe os resultados de uma pesquisa que teve o objetivo de investigar quais foram os tipos de informes utilizados pelas empresas de telecomunicações do Brasil para evidenciar as práticas de responsabilidade social corporativa, em 2004. A pesquisa tomou como amostra uma seleção intencional por meio da Revista Exame, Melhores e Maiores, edição 2005, na busca das maiores empresas de telecomunicações, dentre as 1000 maiores empresas classificadas

com base no faturamento, as quais se somou 30 empresas identificadas. A partir desta seleção, acessaram-se os *sites* das mesmas para proceder à pesquisa documental, o qual se buscou acessar as demonstrações que poderiam evidenciar as informações sociais, conforme o parecer 15/87 da CVM. Analisaram-se notas explicativas, relatórios da administração, balanço social e outras demonstrações que possivelmente trariam em seu conteúdo informações sobre a responsabilidade corporativa das empresas pesquisadas e na sequência procedeu-se à coleta de dados e à sua análise.

Os autores, a partir da análise dos dados das empresas participantes observaram que 77% das empresas analisadas evidenciaram, de alguma forma, sua responsabilidade corporativa e utilizaram-se das notas explicativas para tal evidenciação. Ainda se verificou que 53% evidenciaram por meio do relatório da administração, 27% por meio do balanço social e 10% utilizaram-se de informes com nomenclatura própria, sendo 7% relatório de responsabilidade social e 3% relatório de compromisso social. Destaca-se que o procedimento somatório dos percentuais excede 100% porque algumas empresas utilizam, concomitantemente, de vários meios (relatórios) para divulgação de sua responsabilidade corporativa. Para Fiório *et. al.* (2008), os resultados encontrados sugerem que as empresas do setor de telecomunicações podem ter optado pela divulgação por meio de notas explicativas, principalmente, porque, apesar de o relatório ser obrigatório, não há obrigatoriedade do balanço social. Nesse sentido, na medida em que as empresas não tiverem práticas sociais a serem demonstradas, elas poderiam deixar de divulgar ou mesmo divulgar de forma superficial, por exemplo, por meio de nota explicativa.

Neste sentido Giannarakis (2014) investigou a relação entre governança corporativa e financeira das características e extensão da responsabilidade social corporativa divulgada nos Estados Unidos. A amostra foi constituída por 100 empresas da lista *Fortune* 500 dos EUA através de um procedimento aleatório para o exercício findo em 2011. A análise envolve apenas a economia dos EUA para fins de produzir resultados homogêneos e para melhor comparação. Se realizou uma regressão linear múltipla para investigar a associação de características corporativas com a divulgação da responsabilidade corporativa.

As variáveis de governança corporativa e financeira encontradas foram confrontadas, ou seja, a frequência de reunião do conselho, presença de mulheres no comando, alavancagem financeira e rentabilidade são exemplos que foram

usados no estudo. Por fim se conclui no artigo após aplicação das estatísticas, que a lucratividade, porte da empresa, alavancagem financeira e compromisso dos conselhos com a responsabilidade corporativa são determinantes significativos que influenciam na dimensão da divulgação do mesmo. As empresas rentáveis podem dedicar mais recursos financeiros para iniciativas sociais, promovendo uma impressão positiva do seu desempenho. As empresas com altos níveis de alavancagem financeira parecem não divulgar informações corporativas por causa do custo do procedimento de elaboração enquanto, as empresas com baixos níveis de alavancagem financeira parecia estar mais disposta a compartilhar informações no que diz respeito a responsabilidade corporativa. Assim empresas que fornecem mais informações em suas divulgações sobre o que praticam de responsabilidade corporativa, satisfazem as expectativas dos *stakeholders* corporativos conclui Giannarakiis (2014).

Álvarez, Formigone e Antunes (2014) concentrou-se na análise das práticas de responsabilidade social corporativa com as quais as empresas brasileiras estão envolvidas. A amostra utilizada foi composta por 500 empresas agrupadas por área geográfica em 2008 e a técnica utilizada para a análise é o biplot (conjunto de técnicas que são adequadas para situações onde várias variáveis correlacionadas estão envolvidas). Para coleta de dados foi aplicado questionário com três perguntas para os indivíduos das empresas, embora os dados publicados fornecidos são agregados e agrupados por localização geográfica. A partir dos resultados obtidos pode-se inferir que as variáveis correspondentes às práticas ambientais estão mais próximas a empresas localizadas na área geográfica do norte do Brasil, enquanto que outras variáveis representando questões sociais e práticas com a comunidade são realizadas por empresas do sul e do nordeste do país. O mais destacado foi a relação entre responsabilidade de empresas que conduzem seus negócios na região sudeste do Brasil. Descobriu-se a partir da perspectiva de teoria dos *stakeholders*, que as empresas em cada área geográfica realizam diferentes práticas de responsabilidade corporativa devido à diferentes demandas das partes interessadas e pressões em cada região.

Hussein (2010) com objetivo de descobrir como os executivos de empresas percebem a responsabilidade corporativa e como gostariam que o público externo percebesse, realizou um estudo com a análise Delphi (consiste em uma técnica para obter qualquer tipo de consenso entre pessoas), para construir um conjunto de

questionários em seu artigo “*Corporate social responsibility: finding the middle ground*”. A pesquisa selecionou sua amostra com executivos da indústria com alta tecnologia do Vale do Silício, Califórnia. Um total de 35 participantes potenciais receberam um convite eletrônico para participar do estudo. Se aplicou três rodadas de questionários, o qual foi solicitado retorno em aproximadamente 5 dias, o autor analisou-as e em seguida, retornou para todos os executivos com as análises, a fim de permitir que eles visualizassem e reavaliassem as respostas do grupo. Na última etapa foi filtrado ainda mais os resultados dos *feedbacks*, com objetivo de se adquirir padrões de crescimento e também determinar os critérios que os executivos reconhecem de avaliação da responsabilidade corporativa. Com os dados coletados se fez uma análise qualitativa da última etapa do questionário para avaliar a importância percebida de cada sentença aplicada. Constatou-se que 40% se descreveram com a posição de executivo entre 4 a 10 anos, 48% se descreveram como ocupando o cargo de executivo de 11 a 15 anos, 4% realizam este cargo de 16 a 20 anos e 8% são executivos a mais de 20 anos. Os resultados deste estudo indicam uma conexão mais estreita, entre corporação e executivos de empresas por ser benéfica para todas partes interessadas nos negócios. Através das opiniões expressas dos executivos, é claro que há um consenso geral de que as partes interessadas na corporação devem responsabilizar as corporações por suas ações.

Milani *et. al.* (2012), buscou verificar se os investimentos em empresas com melhores práticas de responsabilidade, governança corporativa e sustentabilidade apresentam diferenças quanto à performance em relação a investimentos. Para isso foram analisados os índices da Ibovespa, IGC, IGCR, ISE e ITAG, cuja série de cotações foram obtidas junto ao site da BM&FBOVESPA e se referem ao período de janeiro de 2006 a março de 2012. A frequência é diária, totalizando 1543 observações e foram analisadas a correlação, as estatísticas descritivas e a normalidade dos retornos da amostra. Foi realizada uma análise a qual se optou pelo emprego de uma combinação dos modelos auto-regressivos com médias móveis. Os resultados apontaram que o índice Ibovespa apresentou a menor média de retorno por unidade de risco, o que foi comprovado pelo teste de diferença de média de *Wilcoxon*, sendo assim, é possível afirmar que o Ibovespa apresentou a pior resultado entre os índices analisados. Destaca-se que o IGC apresentou a menor volatilidade entre todos os índices, bem como a maior média de retorno por unidade de risco, o que permite afirmar que esse foi o índice com melhor resultado

no período, superando o Ibovespa e os demais índices de melhores práticas. Conforme os autores, foi possível concluir que os investimentos em empresas com melhores práticas de responsabilidade, governança corporativa e sustentabilidade constituem uma alternativa menos arriscada e mais rentável para o investidor.

### 3 ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados do presente estudo, buscou-se pesquisar nos relatórios de administração das empresas que adotam a Governança Corporativa em seus negócios, as evidenciações do princípio de responsabilidade corporativa o qual é apresentado no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.

Acredita-se que a responsabilidade corporativa beneficia a sociedade, o meio ambiente e gera valor econômico para a empresa e seus acionistas pois, integrando essas questões nos negócios da companhia demonstra sua preocupação com o futuro da mesma, e dos meios que a cercam.

O relatório da administração deve ser publicado juntamente com as demonstrações financeiras do encerramento do exercício por todas as empresas sociedades anônimas sendo este, também o meio de comunicação com o público externo. Assim verificou-se a relevância de se analisar os relatórios da administração, pois, acredita-se na transparência do documento e na divulgação do princípio de responsabilidade corporativa no mesmo.

Afim de definir a amostra do estudo buscou-se as empresas listadas na BM&FBovespa com Governança Corporativa. Preferiu-se, entre os níveis existentes de governança na bolsa, as empresas optantes do Novo Mercado por ser o segmento que conduz as mesmas ao mais elevado padrão de Governança Corporativa, além de adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente (BM&FBovespa, 2015). Com o segmento selecionado se optou ainda por empresas gaúchas, isto é, que sua sede matriz esteja localizada no Rio Grande do Sul sendo que de 133 empresas listadas no Novo Mercado apenas 3 se enquadraram nesses critérios, o que justifica a amostra da pesquisa.

Nas análises realizadas buscou-se apresentar as evidências dos relatórios de administração que confirmam a relação com o princípio de responsabilidade corporativa o qual é o objetivo desta pesquisa. Assim alguns trechos que se considerou relevantes dos relatórios além dos quadros expositivos estão também evidenciados na redação da análise em itálico.

As empresas gaúchas da amostra selecionada são: Lojas Renner S.A. que atua no ramo de comércio de vestuário e calçados, SLC Agrícola S.A. que produz e comercializa algodão, soja, milho entre outros cultivos e a Unicasa Indústria de

Móveis S.A que atua na área de indústria e comércio de móveis, como apresentam as análises realizadas neste estudo.

### 3.1 LOJAS RENNER S.A.

Em 1912 iniciaram-se as operações da A.J. Renner, indústria fabril em Porto Alegre (RS). No ano de 1922 foi aberto seu primeiro ponto de vendas na cidade. Em 1965 sua razão social trocou para Lojas Renner S.A. com abertura de seu capital dois anos depois, o qual hoje somam-se quase 50 anos de listagem como companhia de capital aberto.

Alcançou em 1994 o público da região sul do país, com expansão para Santa Catarina e Paraná. Já em 1999 continuou seu crescimento para o sudeste e centro-oeste. No ano de 2005 entrou no segmento da BM&FBovespa Novo Mercado, como a primeira companhia brasileira com 100% das ações negociadas. Em 2007 alcançou a região norte e nordeste do Brasil com sua rede de lojas, conquistando assim todas as regiões.

Após esta expansão, em 2013 a sustentabilidade passou a integrar os valores da companhia, e também nesse ano pela primeira vez apresentou-se no relatório da administração de forma integrada às informações sobre o desempenho das Lojas Renner com essa questão. Em 2014 ingressou na carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) na BM&FBovespa, um importante índice que acompanha o desempenho das empresas preocupadas com as melhores práticas de responsabilidade social e de sustentabilidade.

A presente pesquisa investigou nos relatórios da administração de 2013 e 2014 de que forma a empresa evidência o princípio de responsabilidade corporativa disposto no código das melhores práticas do IBGC. Assim verificou-se a frequência do princípio de responsabilidade corporativa, em cada um dos relatórios selecionados como apresenta a Tabela 1 as ocorrências encontradas na Lojas Renner S.A.

Tabela 1 - Ocorrências dos termos de responsabilidade corporativa na Lojas Renner S.A.

	2013	2014	
<b>Princípio Explícito</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Total</b>
Responsabilidade Corporativa	0	0	0
Princípio Responsabilidade	0	0	0
Responsabilidade	22	16	38
<b>Princípio Implícito</b>			
Meio Ambiente	15	7	22
Sustentabilidade	65	66	131
Ação (ões) Social (is)	0	0	0
Educação	14	1	15
Cultura	23	7	30
Assistencial	0	0	0
Valor aos acionistas	0	0	0
Responsabilidade Social	10	7	17
Responsabilidade Ambiental	1	0	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Após este levantamento percebeu-se que o princípio de responsabilidade corporativa não foi evidenciado de forma direta nos relatórios analisados, porém, constatou-se que a responsabilidade está associada a outros termos subentendidos, os quais corroboram com a evidenciação do princípio por parte da empresa.

Em consideração aos princípios básicos de governança corporativa do código do IBGC, comprova-se que a companhia incorpora as boas práticas conforme trecho do relatório da administração referente ao ano de 2013, o qual relata que *a companhia mantém seu relacionamento com o mercado de capitais norteado pelos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e também busca aprimorar a estrutura de governança para aperfeiçoar as práticas de governança corporativa.*

Nesse sentido, o princípio de responsabilidade corporativa definido pelo IBGC descreve que “os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações” (2009, p.19).

Nota-se que a companhia além de adotar o código das melhores práticas de governança corporativa, aplica o princípio de responsabilidade como supõe a redação no relatório da administração referente ao ano de 2014 o qual *as Lojas Renner S.A. adotam as melhores práticas do mercado brasileiro de capitais com o objetivo de garantir a sustentação e perenidade da Companhia.*

Nos relatórios analisados registraram-se 38 ocorrências da expressão explícita **responsabilidade**, sendo 20 relacionadas à responsabilidade da gestão de fornecedores, conselho da administração, conselho fiscal, auditores, administração e dos cargos e competências dos colaboradores. Sendo assim, as 18 ocorrências restantes estão associadas ao princípio de responsabilidade corporativa que atendem a proposta do estudo, identificadas como responsabilidade social e responsabilidade ambiental.

No contexto dos termos implícitos, referente a palavra-chave **meio ambiente** foram encontradas 22 ocorrências nos relatórios, que estão vinculadas ao âmbito de minimizar os impactos ambientais nas operações e na gestão de materiais e resíduos, como confirma o Quadro 8 com trechos dos relatórios.

Quadro 8 - Evidências Lojas Renner S.A.

Palavra-Chave	Evidências em trechos dos relatórios da Lojas Renner S.A.
Responsabilidade	[...] com critérios estabelecidos pelas empresas signatárias, visando avaliar a aderência de seus fornecedores às boas práticas corporativas e de responsabilidade social.
Meio Ambiente	[...] esse cuidado com o meio ambiente tem sido foco contínuo da Companhia, que busca promover melhorias de infraestrutura, processos e gestão para reduzir o consumo de energia e minimizar as emissões de gases de efeito estufa.

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa maneira a **sustentabilidade** foi o termo implícito que mais obteve ocorrência nos relatórios e praticamente com a mesma frequência nos dois anos. Acredita-se que a companhia tem um importante desenvolvimento neste contexto, pois em 2013 integrou aos valores da empresa a sustentabilidade.

Ainda as Lojas Renner S.A. apresenta na sua estrutura de governança corporativa o comitê de sustentabilidade, no qual se evidencia o compromisso que a empresa possui em aplicar o princípio de responsabilidade corporativa, sendo este recomendado no código do IBGC.

Neste sentido, a sustentabilidade é agregada em diversos assuntos nos relatórios como, na definição da gestão da sustentabilidade, política da sustentabilidade, nos investimentos realizados neste setor, nos critérios utilizados para fornecedores, na reputação corporativa e na gestão de riscos que podem impactar a sustentabilidade.

Destaca-se também na linha de beleza Alchemia Bio, os produtos são *formulados com ativos naturais e planejados com base no conceito da sustentabilidade de ponta a ponta*, isto é, são produtos biodegradáveis que não contêm derivados de petróleo e vêm em embalagens produzidas com papel certificado pelo *Forest Stewardship Council (FSC)*, uma organização que surgiu da necessidade de reduzir o desequilíbrio ambiental em todo mundo.

Nesse sentido a companhia criou em uma campanha de 2013 a Sustentabilidade da Cadeia Jeans, que tem o *projeto voltado ao desenvolvimento dessa categoria de fornecedores de revenda dentro dos pilares da sustentabilidade* e em 2014 inaugurou sua primeira Lojas Renner sustentável no Ceará. Assim o Quadro 9 apresenta trechos relevantes do relatório, além dos mencionados.

Quadro 9 - Sustentabilidade Lojas Renner S.A.

<b>Termo Sustentabilidade</b>	<b>Evidência em trechos dos relatórios da Lojas Renner S.A.</b>
Descrição do Valor de Sustentabilidade	Nossos negócios e atitudes são pautados pelos princípios da sustentabilidade. Buscamos, além dos resultados financeiros, o desenvolvimento social e a redução dos impactos ambientais, sempre atuando dentro das melhores práticas de governança corporativa.
Comitê de Sustentabilidade	Criado em 2008, teve participação importante na publicação da Política de Sustentabilidade e na redação do novo valor corporativo – sustentabilidade –, colaborando para aproximar a estratégia de gestão às funções operacionais da Companhia.
Gestão de Sustentabilidade	A Lojas Renner S.A. entende a gestão da sustentabilidade como fator decisivo na sua capacidade de crescimento e expansão de atuação.

Fonte: Dados da pesquisa.

Sendo todos esses tópicos vinculados a palavra **sustentabilidade**, como retorno, a companhia em 2014 recebeu destaque por se inserir na carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), da BM&FBOVESPA, e ser referência de empresa com as melhores práticas de sustentabilidade, o qual foi citado no relatório e reforça o declarado anteriormente.

Ainda nos relatórios da administração das Lojas Renner S.A., *a partir de 2013 apresenta-se de forma integrada informações sobre a atuação e desempenho da companhia em sustentabilidade e ampla gama de dados sobre sua presença e gestão. Anteriormente esses conteúdos eram apresentados separadamente no*

*Relatório Anual de Sustentabilidade e no Perfil Institucional*, o que justifica a frequência relevante do termo nos relatórios e também a dimensão do relatório da administração nos anos analisados.

A companhia seguiu as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) adotando a atualizada versão G4 o que agrega maior valor nos seus relatórios da administração, sendo ele agora integrado com a sustentabilidade pois, a GRI tem justamente o objetivo de auxiliar na elaboração dos relatórios de sustentabilidade ou afins para que se incluam informações relevantes sobre esta questão.

A palavra-chave **educação** possui 15 ocorrências nos dois anos, porém destas somente uma ocorreu no relatório da administração 2014. As ocorrências estão associadas a educação corporativa e desenvolvimento de líderes, porém 5 relacionam-se com o princípio de responsabilidade corporativa sendo todas no relatório de 2013.

O termo **cultura** totalizou 30 ocorrências, sendo em 2013 sua maior frequência e destas são 10 relacionadas a projetos e incentivos realizados na comunidade ou com colaboradores sendo todas no relatório de 2013. O restante das ocorrências se referem a cultura corporativa da companhia, de transparência e da moda o que se observa não ser pertinente para o objetivo proposto. O Quadro 10 comprova as evidências com trechos encontrados.

Quadro 10 - Evidências das palavras-chave rastreadas.

Palavra-Chave	Evidência em trechos dos relatórios da Lojas Renner S.A.
Educação	Escutar com disposição e interesse as demandas locais foi o primeiro passo para empreender ações com real impacto no dia a dia dessas pessoas, abrangendo aspectos como educação, esportes e empregabilidade.
Cultura	O Instituto Lojas Renner apoia ainda projetos voltados para crianças, adolescentes e idosos, além de iniciativas sociais nas áreas de esporte e cultura, utilizando recursos oriundos de incentivo fiscal da Companhia.

Fonte: Dados da pesquisa.

A companhia Lojas Renner S.A. fundou o Instituto Lojas Renner em 2008, e seus investimentos são mencionados em ambos os anos nos relatórios. O instituto tem por finalidade promover a igualdade entre os gêneros, inclusão da mulher no mercado de trabalho por meio de projetos de geração de renda, capacitar jovens em situação de vulnerabilidade para atuação no mercado de trabalho e desenvolvimento

de comunidades com envolvimento dos próprios colaboradores que ministram cursos ou atuam como voluntários em ações locais.

Os projetos são financiados por meio de incentivos fiscais, recursos próprios e arrecadados por meio da Campanha Mais Eu, que funciona nos quatro dias posteriores ao Dia dos Pais, em que 5% das vendas líquidas são destinadas ao Instituto Lojas Renner para investimento em projetos sociais.

Verifica-se que apesar de não existir ocorrência dos termos implícitos **ação social** e **assistencial** nos relatórios da administração, a companhia tem o Instituto Lojas Renner que supre o tópico de caráter social proposto no princípio de responsabilidade corporativa do IBGC.

Por fim a palavra-chave **valor aos acionistas** não houve nenhuma menção, apesar disso acredita-se que como decorrência da realização do princípio de responsabilidade corporativa e os demais propostos no código das melhores práticas de governança corporativa do IBGC, as Lojas Renner S.A. receberão como retorno o aumento de lucro e geração de valor aos seus acionistas, pois estes acreditam na companhia e fortalecem seu crescimento.

Pela leitura literal realizada nos relatórios da administração se encontrou evidências do termo **valor aos acionistas**, mesmo não sendo encontrado na busca efetuada pela palavra-chave. Sugere a frase encontrada a evidência, que *o objetivo da companhia é garantir a perenidade da empresa, gerando valor de maneira contínua, ao longo do tempo, aos seus acionistas.*

Em 2013 foi apresentado no relatório da administração o Balanço Social, o qual apresenta indicadores da situação da empresa em relação a questões sociais e ambientais. Observou-se evidências de termos que corroboram para o presente estudo, como se apresenta na Tabela 2 as linhas relevantes do balanço.

Tabela 2 - Balanço Social

<b>Indicadores Sociais Internos</b>		<b>2013</b>
Educação	R\$	415.000
Cultura	R\$	250.000
<b>Indicadores Sociais Externos</b>		<b>2013</b>
Educação	R\$	703.000
Cultura	R\$	2.962.000

Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 2014 não se apresentou o Balanço Social o que impossibilita de fazer um comparativo com os investimentos utilizando a mesma fonte de dados, porém, ambos os relatórios abordam esclarecimentos dos investimentos em questões sociais e ambientais como apresenta a Tabela 3, com aplicações ligadas a questões ambientais o qual apresenta aumento de investimento no decorrer dos anos.

Tabela 3 - Investimentos ambientais evidenciados no ano 2014.

<b>Investimentos em Gestão Ambiental</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>Variação</b>
Tratamento e disposição de resíduos	R\$ 448.015	R\$ 357.727	25,24%
Mitigação de impactos ambientais (Neutralização GEEs)	R\$ 83.487	R\$ 4.064	493,60%
Consultoria (Impactos, Legislação Aplicável, Treinamentos)	R\$ 96.162	R\$ 19.100	403,47%
Auditoria (Inventário de Emissões)	R\$ 20.000	R\$ -	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 647.664</b>	<b>R\$ 390.891</b>	<b>65,70%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 11 expressa a relação das evidências que o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC sugere destaque e se a empresa Lojas Renner S.A. acata as recomendações propostas, afirmando seu comprometimento.

Quadro 11 - Relação do Código do IBGC com o desempenho da empresa.

<b>Código do IBGC</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Evidências de Sustentabilidade	CUMPRE	CUMPRE
Longevidade	CUMPRE	CUMPRE
Ordem Social	CUMPRE	CUMPRE
Ambiental	CUMPRE	CUMPRE

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o apresentado percebe-se que a companhia Lojas Renner S.A. compromete-se com o princípio da responsabilidade corporativa como o Quadro 11 confirma pois, divulga suas ações com a responsabilidade corporativa além de demonstrar uma preocupação importante com a sustentabilidade, sendo ela incorporada ao negócio da empresa e todas suas movimentações.

### 3.2 SLC AGRÍCOLA S.A.

A companhia SLC Agrícola S.A. é uma produtora de *commodities* agrícolas, focada na produção de algodão, soja e milho. A empresa faz parte do Grupo SLC, que foi fundado em 1945, na Cidade de Horizontina (RS), por três famílias de imigrantes alemães.

O Grupo SLC criou a primeira indústria de colheitadeiras automotrizes de grãos do Brasil, a qual fazem parte da história do desenvolvimento da agricultura no país. Possuiu um relacionamento de mais de 28 anos com a John Deere, incluindo uma *joint-venture* para a produção das colheitadeiras e tratores de 1979 a 1999.

John Deere foi um ferreiro e fabricante que fundou a *Deere & Company*, um dos maiores fabricantes mundiais de equipamentos agrícolas. Essa parceria ajudou a conquista do domínio tecnológico que hoje diferencia a SLC Agrícola S.A. no setor.

Em 1977 a SLC Agrícola S.A. iniciou suas atividades sob o nome Agropecuária Schneider Logemann Ltda., com a compra da Fazenda Paineira no município de Coronel Bicaco (RS), voltada ao cultivo de soja e trigo e no ano de 1998 iniciou no plantio em larga escala da cultura de algodão.

O ano de 2007 foi marcado com a abertura de seu capital na BM&FBOVESPA e sua listagem no segmento de Novo Mercado. Foi a primeira empresa do setor a ter ações negociadas em bolsa de valores no mundo, tornando-se uma referência no seu segmento.

Atualmente são 16 unidades de produção estrategicamente localizadas em seis estados brasileiros que totalizam 343,6 mil hectares plantados no ano-safra 2013/14. O modelo de negócios toma por base um sistema de produção moderno, com alta escala, padronização das unidades de produção, tecnologia de ponta, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental.

Para atender os objetivos da pesquisa, verificou-se nos relatórios da administração de 2013 e 2014 de que forma a companhia evidência o princípio de responsabilidade corporativa constante no Código do IBGC. Na Tabela 4 são demonstradas as ocorrências encontradas das palavras-chaves definidas na metodologia.

Tabela 4 - Ocorrências dos termos de responsabilidade corporativa na companhia SLC Agrícola S.A. .

Princípio Explícito	2013		2014		Total
	Ocorrência	Ocorrência	Ocorrência	Ocorrência	
Responsabilidade Corporativa	0	0	0	0	0
Princípio Responsabilidade	0	0	0	0	0
Responsabilidade	5	5	5	5	10
<b>Princípio Implícito</b>					
Meio Ambiente	6	5	5	5	11
Sustentabilidade	4	10	10	10	14
Ação (ões) Social (is)	3	1	1	1	4
Educação	4	4	4	4	8
Cultura	19	21	21	21	40
Assistencial	0	0	0	0	0
Valor aos acionistas	0	0	0	0	0
Responsabilidade Social	4	5	5	5	9
Responsabilidade Ambiental	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que o princípio de responsabilidade corporativa não ocorre explicitamente, porém se encontra em termos implícitos, o qual se entende que relaciona-se com o mesmo.

No relatório da administração de 2014, encontram-se evidências que se associam diretamente ao conceito do princípio de responsabilidade corporativa do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC. Essa redação relata que *a sustentabilidade é uma das competências desenvolvidas e exigidas nas lideranças da SLC Agrícola. A empresa acredita que a sustentabilidade é importante, pois é entendida como um dos pilares para o crescimento e perenidade da empresa.*

Neste sentido o termo **responsabilidade** ocorreu com a mesma frequência nos dois anos analisados, atingindo 10 ocorrências. Destas, 9 estão ligadas a palavra-chave **responsabilidade social** o que afirma seu comprometimento com o princípio.

O termo **meio-ambiente** também obteve quase a mesma frequência nos dois anos analisados nos relatórios da administração, os quais totalizaram 11 registros. Na redação dos relatórios a palavra-chave **meio-ambiente** se refere ao sistema de gestão integrado que a SLC Agrícola possui pois, dentro de suas atividades engloba a abordagem de questões relacionadas ao meio ambiente para receber certificações, como as existentes para produção agrícola, o qual a

companhia já possui por exercer suas produções sustentáveis. Ainda este termo relata sobre as boas práticas agrícolas, programa 5S e o compromisso de preservação da natureza.

No Quadro 12 apresenta-se alguns trechos evidenciando os termos relatados nos relatórios da administração da companhia.

Quadro 12 - Evidências encontradas SLC Agrícola S.A.

Termos	Evidências encontradas nos relatórios da Companhia SLC Agrícola
Responsabilidade	[...] Manter e desenvolver projetos de conscientização para os temas ambientais, ocupacionais e de responsabilidade social em todos os níveis da organização, incluindo profissionais.
Meio Ambiente	A SLC Agrícola faz do respeito ao meio ambiente um dos compromissos fundamentais do seu trabalho, combinando o emprego de técnicas agrícolas de vanguarda com a adoção de práticas de preservação da natureza.

Fonte: Dados da pesquisa.

A palavra-chave **sustentabilidade** somou 14 ocorrências, sendo 10 só no relatório de administração do ano de 2014. Acredita-se que o aumento das ocorrências acontece pela maior descrição dos processos da companhia com relação ao tema sustentabilidade, evidenciando seu maior compromisso.

No relatório de 2014 é descrita a política de sustentabilidade, a sustentabilidade como competência organizacional e sustentabilidade na pesquisa de clima organizacional, a qual é realizada a cada dois anos com todos os colaboradores da companhia e avalia a percepção e satisfação em relação a diversos aspectos dentre eles a sustentabilidade. No Quadro 13 apresenta-se alguns trechos dos pontos evidenciados sobre a sustentabilidade da SLC Agrícola S.A.

Quadro 13 - Evidências de sustentabilidade da companhia.

Trechos destacados da palavra-chave Sustentabilidade	
Uma Competência Organizacional	A Sustentabilidade é uma das competências exigidas e desenvolvidas em todas as lideranças da Companhia [...]
Pesquisa de Clima Organizacional	As oportunidades de melhoria identificadas para os temas ligados a Sustentabilidade são trabalhados através de planos de ações construídos em cooperação com todas as áreas da Companhia.
Boas práticas agrícolas	A adoção de técnicas como o plantio direto demonstram a busca crescente da Companhia em alcançar sustentabilidade na agricultura, com redução dos impactos ambientais decorrentes desta atividade.

Fonte: Dados da pesquisa.

O termo **ação social** alcançou 4 ocorrências nos dois anos que foram analisados os relatórios de administração, sendo 3 no ano de 2013. Observou-se que a maior frequência ocorreu no primeiro relatório por causa da conquista do Prêmio Top Cidadania 2013 na categoria empresa, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS). O prêmio foi conquistado pelo segundo ano consecutivo através do projeto GAS: Grupo de Ação Social. Em 2014 não se destacou o recebimento de prêmios envolvendo seu projeto social, sendo assim justificada a menor frequência do termo no relatório deste ano.

A SLC Agrícola S.A. incentiva a responsabilidade social através do GAS (Grupo de Ação Social), que objetiva desenvolver projetos de cidadania e voluntariado ligados aos temas ambientais e sociais, melhorando as condições das comunidades locais junto a entidades carentes, elaborando campanhas e desenvolvendo projetos. *Nesse sentido, a empresa e seus funcionários participam de programas sociais que buscam atingir esses objetivos e levar melhores perspectivas à comunidade, dando sua contribuição e cumprindo o seu papel social,* conclui o texto da própria companhia. O Quadro 14 apresenta um trecho que também evidencia o Grupo de Ação Social e a palavra-chave **ação social** no relatório da administração da empresa.

Quadro 14 - Evidência do termo ação social

Palavra-Chave	Evidência no Relatório da Administração
Ação Social	Formado por funcionários voluntários, o Grupo de Ação Socioambiental (GAS) foi criado com o objetivo de desenvolver projetos e ações sociais junto a entidades carentes, buscando contribuir no crescimento e na melhora da qualidade de vida dessas instituições.

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa contribuição em termos de ações sociais, se dá no sentido de incluir o corpo de funcionários da SLC Agrícola S.A. no trabalho voluntário para estas entidades locais apoiadas pela companhia.

O termo **educação** também obteve ocorrências nos relatórios de administração e em ambos com a mesma frequência, sendo encontradas 8 ao total. Estes termos se referem à conscientização de todos os funcionários juntamente com seus familiares através de palestras ou aulas sobre a educação ambiental. Também englobam os benefícios dos funcionários que incluem a educação continuada e o

plano de gerenciamento de resíduos, como a coleta seletiva que ocorre na sede administrativa com os próprios funcionários para separar os materiais descartáveis através de lixeiras apropriadas e distribuídas estrategicamente no local de trabalho, como demonstra o Quadro 15 sua evidência.

Quadro 15 - Trecho evidenciado nos relatórios da administração.

Palavra-Chave	Evidência no Relatório da Administração
Educação	Todos os materiais passíveis de reciclagem (plástico, papel, metal) são vendidos e os valores revertidos em projetos de educação socioambiental em entidade assistida.

Fonte: Dados da pesquisa.

Contudo a palavra-chave **cultura** possuiu 40 ocorrências, porém, nenhuma relacionada ao princípio de responsabilidade corporativa, pois estão ligadas a plantação e agricultura. Ainda os termos **assistencial** e **valor aos acionistas** também não obtiveram nenhuma ocorrência, o que não significa que não seja abordado em outros termos que se subentenda a relação com essas palavras implícitas pois, como já relatado a SLC Agrícola possui grupo de ações sociais que atendem o termo assistencial e com a prática de todos esses itens o valor aos acionistas será o retorno do seu investimento com a comunidade.

Verificando-se além dos relatórios da administração, se encontra disponível aos interessados pela empresa em seu *site* também algumas informações relevantes evidenciadas que atendem o objetivo proposto da pesquisa. Está disponível informes sobre sustentabilidade além das já expostas no relatório, divulga seu comitê de sustentabilidade que dentre outras missões *busca promover o desenvolvimento sustentável da empresa*.

Também se observou que junto aos valores da SLC Agrícola S.A. consta a sustentabilidade o qual descreve *“promover o equilíbrio entre os aspectos econômico, social e ambiental”*, afirmando seu compromisso com a responsabilidade corporativa incorporando aos negócios da empresa valores sustentáveis e sociais.

Por fim em busca do relatório de sustentabilidade para esgotar os recursos para a evidenciação do princípio de responsabilidade corporativa disposto no Código do IBGC, encontrou-se o Balanço Social divulgado anualmente a disposição dos acionistas. O balanço visa suprir a demanda do relatório o qual a BM&FBOVESPA, passou a recomendar em 2012, que as empresas listadas indiquem, no Formulário

de Referência no item 7.8 - “Descrição das relações de longo prazo relevantes da companhia que não figurem em outra parte deste formulário”, se publicam relatórios de sustentabilidade ou integrado e onde está disponível.

O Balanço Social da SLC Agrícola S.A. informa somente os valores investidos em questões ambientais, sociais, educação entre outros aspectos, sem comentários de seu desempenho, como apresenta na Tabela 5 as evidências relacionadas aos termos que se busca na presente pesquisa.

Tabela 5 - Balanço Social SLC Agrícola S.A.

<b>Indicadores Sociais Internos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Educação	R\$ 250.000	R\$ 313.000
Cultura	R\$ -	R\$ -
<b>Indicadores Sociais Externos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Educação	R\$ -	R\$ 8.000
Cultura	R\$ 411.000	R\$ 523.000
<b>Indicadores Ambientais</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Investimentos em programas e/ou projetos externos	R\$ 2.500	R\$ -
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	R\$ 404.000	R\$ 865.000

Fonte: Dados da pesquisa.

A companhia apresenta nos formulários de referência onde se localiza disponível a publicação do Balanço Social afim de cumprir as exigências da BM&FBOVESPA sobre Relate ou Explique. Observou-se que em 2014 houve menor investimento em relação a 2013 nas linhas de educação e cultura. Acredita-se que a companhia atende as recomendações do IBGC, assim como evidencia os seus princípios, como corrobora a análise efetuada da empresa e confirma o Quadro 16.

Quadro 16 - Relação do Código do IBGC com o desempenho da SLC Agrícola S.A.

<b>Código do IBGC</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Evidências de Sustentabilidade	CUMPRE	CUMPRE
Longevidade	CUMPRE	CUMPRE
Ordem Social	CUMPRE	CUMPRE
Ambiental	CUMPRE	CUMPRE

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se no Quadro 16 que a companhia SLC Agrícola S.A. se compromete com o princípio de responsabilidade corporativa da Governança Corporativa. Apresenta em seus relatórios divulgações satisfatórias para se

identificar o princípio, porém acredita-se que poderia explicar melhor sua ação social GAS e evidenciar mais a sustentabilidade e o funcionamento de preservação do meio ambiente.

### 3.3 UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. foi fundada em setembro de 1985 pelas empresas Grendene S.A, Telasul S.A. e Pozza S.A. - Indústria e Comércio, com a denominação de Premier Móveis Ltda. A sede está localizada em Bento Gonçalves (RS), um dos maiores polos moveleiros do Brasil. Ainda em 1985 a razão social passa para Dell Anno Móveis Ltda. e inicialmente, fabricava apenas móveis para cozinhas.

Durante a década de 90, buscou expansão das atividades por meio de investimentos em novas linhas de produtos e da diversificação dos canais de distribuição, compostos por revendas exclusivas, lojas multimarcas e pontos de venda em *magazines* (pontos de venda multimarcas).

No ano de 2003, foi criada a marca Favorita que, inicialmente, tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em pontos de venda multimarcas. Ainda neste ano, a razão social foi alterada para Única Indústria de Móveis Ltda., passando o nome Dell Anno a ser a principal marca, que tinha como foco a comercialização de seus produtos apenas em revendas exclusivas.

Em 2004 houve a transformação do tipo jurídico para sociedade anônima, sendo a razão social alterada para Única Indústria de Móveis S.A.

Em continuidade ao projeto de expansão dos negócios, em 2007, por meio de contrato de licença de uso de marca celebrado com a Telasul S.A., adquiriram o direito, não exclusivo, de utilização da marca Telasul, com um perfil de produto para atender as grandes redes varejistas e focada no segmento de consumo da classe D.

As chamadas classes sociais são a forma que a sociedade é dividida pelo ponto de vista econômico, ou seja, são separados por renda familiar recebida, e com esses dados estima-se o seu consumo.

No mesmo ano, criaram também o modelo de Universidade Corporativa para dar suporte ao treinamento de revendedores e empregados, bem como iniciar a implantação do Programa de *Trainee*.

A partir de 2007 e 2009, respectivamente, as marcas Dell Anno e Favorita passaram por um processo de reposicionamento, visando elevar a percepção das marcas e dos respectivos produtos. Esse reposicionamento resultou na criação, no ano de 2009, da marca New, voltada para atender o crescimento do consumo da classe C no Brasil, completando o *portfólio* de marcas.

Ainda em 2009, a razão social foi alterada novamente para então Unicasa Indústria de Móveis S.A. Em 2010, foi criada a Unicasa Corporate, divisão de negócios com foco em parcerias na construção civil e no ramo hoteleiro, com o intuito de capitalizar a expansão desse mercado e as oportunidades decorrentes dos investimentos no país para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016.

Em 2012 iniciaram o projeto de lojas próprias da Unicasa, que culminou com a abertura de 4 lojas Dell Anno em São Paulo e 1 loja Dell Anno em Manaus em 2013. Ainda em 2012, consolidou-se a estratégia de comunicação da marca New com a classe C por meio do patrocínio do programa da emissora Rede Globo, *Big Brother Brasil* e de inserções programadas para todo o ano no programa Caldeirão do Huck também da mesma emissora.

A abertura de capital em 2012, no segmento de Novo Mercado da BM&FBovespa também marcou esse ano, com listagem no mais alto e exigente nível de governança corporativa.

A marca Casa Brasileira foi lançada em março de 2013, na feira de móveis do estado do Paraná (Movelpar), inspirada no local onde o ser humano vive muitas histórias, tem carinho por ele, e que sempre busca dar seu toque pessoal: a sua casa. O posicionamento da marca surge para atender a todas as regiões do país, com um preço acessível, democratizando o móvel planejado. A estratégia da nova marca Casa Brasileira busca consolidar e expressar os objetivos da Unicasa de apresentar soluções modernas, dinâmicas e de alta qualidade aos clientes.

Em maio de 2014 a Companhia inaugurou sua última loja própria do projeto iniciado em 2012, a Dell Anno *Atelier*. Situada em uma das regiões mais nobres da cidade de São Paulo, O *atelier* possui 450m<sup>2</sup> e é resultado da materialização do posicionamento da marca que vem permeando o universo *fashion* com o *design* do mobiliário.

No segundo trimestre de 2014, a Companhia decidiu por encerrar o fornecimento de móveis modulados a magazines que ocorria através da marca

Telasul Modulados, concentrando seus esforços para aumentar a rentabilidade em sua principal atividade, os móveis planejados.

Para alcançar o propósito deste estudo, verificou-se nos relatórios da administração do ano de 2013 e 2014 de que forma a companhia evidencia o princípio de responsabilidade corporativa descrito no Código do IBGC. A Tabela 6 apresenta as ocorrências encontradas nos relatórios estudados

Tabela 6 - Ocorrências evidenciadas nos relatórios da companhia Unicasa Indústria de Móveis S.A.

	2013	2014	
<b>Princípio Explícito</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Total</b>
Responsabilidade Corporativa	0	0	0
Princípio Responsabilidade	0	0	0
Responsabilidade	8	7	15
<b>Princípio Implícito</b>			
Meio Ambiente	1	0	1
Sustentabilidade	0	0	0
Ação (ões) Social (is)	0	0	0
Educação	0	0	0
Cultura	1	0	1
Assistencial	1	0	1
Valor aos acionistas	0	0	0
Responsabilidade Social	0	0	0
Responsabilidade Ambiental	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se observa foi encontrada pouca evidenciação nos relatórios da administração do princípio de responsabilidade corporativa o qual pode-se subentender que não estão dando à devida importância aos princípios de governança corporativa.

Das ocorrências localizadas da palavra-chave **responsabilidade**, somente 1 do total de 15 pode-se relacionar ao princípio, sendo as demais se referindo a responsabilidade da administração, dos auditores, tributária e responsabilidade civil.

A ocorrência evidenciada encontra-se no relatório de 2013, o único que reservou uma página para resumir poucas práticas realizadas na empresa. Esse termo localiza-se no título *Responsabilidade e projetos sociais e de proteção ao meio ambiente*.

Percebeu-se também que o termo **meio ambiente** tem apenas 1 evidência e se encontra no mesmo título citado anteriormente. Nesse trecho do relatório da administração de 2013, é relatado em uma frase que *a companhia segue toda a legislação ambiental que se aplica ao seu segmento industrial*. A seguir elenca-se no Quadro 17 as práticas utilizadas que visam a proteção ambiental, tal como apresenta-se no relatório da Unicasa Indústria de Móveis S.A.

Quadro 17 - Trecho do relatório da administração 2013.

Prática que visam à proteção ambiental
Segregação e destinação de resíduos sólidos gerados no processo fabril;
Tratamento de efluentes líquidos industriais;
Reaproveitamento de 100% da água utilizada em nossas fábricas;
Reaproveitamento dos coprodutos gerados no processo produtivo, tais como a serragem, a madeira, o plástico e o papelão, que são utilizados por outros setores da economia;
Substituição do óleo diesel pelo GLP (gás liquefeito de petróleo);
Utilização de embalagens feitas com plásticos recicláveis para transporte dos móveis por nós produzidos;
Utilização de matéria prima adquirida apenas de empresas que adotam um regime de manejo economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo, certificadas pela ISO 14001, que garante que os impactos gerados pelas atividades são controlados, e, ainda, se comprometem a utilizar madeira proveniente de plantações florestais certificadas, próprias ou de terceiros, ou adquiridas de fontes controladas, seguindo os princípios e critérios do FSC ( <i>Forest Stewardship Council</i> ). Essa madeira é empregada na produção de painéis de madeira reconstituída, podendo ser destinada à produção de energia;
Sistema de Controle de Poluição Atmosférica.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como estava descrito no título anteriormente citado, acreditava-se que seria abordado algo sobre projetos sociais, entretanto nada foi encontrado o que revela uma despreocupação da companhia com a transparência do relatório sobre o princípio de responsabilidade corporativa.

Neste sentido falta também abordagem sobre os processos das práticas de proteção ambiental conforme se refere no Quadro 17 pois, não garante que se cumpre o descrito.

Entende-se que para uma perspectiva de longevidade, a companhia deveria incorporar a sustentabilidade em seus negócios, bem como praticar ações sociais com a comunidade e também investir em educação e cultura. Assim demonstraria sua preocupação pelas recomendações das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC o qual só almeja o sucesso das companhias que o praticam, visando também seu valor.

Apenas uma página em dois relatórios acredita-se não ser o suficiente para uma empresa de tal porte e segmento de indústria evidenciar suas responsabilidades com questões relevantes como a sustentabilidade no atual momento econômico.

Também faltam os valores efetivamente investidos com questões ambientais e sociais os quais neste caso somente se aplicam ao meio ambiente, pois não se encontrou nenhuma evidência de projetos sociais ou afins como já mencionado, os quais no relatório de 2014 não foram evidenciados sobre o princípio de responsabilidade corporativa.

Os termos **cultura** e **assistencial** respectivamente apresentam 1 (uma) ocorrência também no ano de 2013, porém se refere a cultura brasileira e a assistência como benefício dos colaboradores da empresa. A palavra-chave **valor aos acionistas** não obteve nenhuma ocorrência nos relatórios, o que pode ser reflexo das suas práticas de governança pois, também não encontrou-se nada subentendido.

Observou-se que os relatórios mencionam apenas as demonstrações contábeis e suas notas explicativas o qual se poderia de uma forma mais informal aproveitar o meio de comunicação com os acionistas que este proporciona, descrevendo outros aspectos relevantes que ocorreram na empresa durante os exercícios sociais.

Pensa-se que as empresas listadas na BM&FBOVESPA estão rigorosamente em dia com suas obrigações, mas não é o que se verifica, pois, apesar da companhia estar listada no Novo Mercado da Governança Corporativa não segue todas as suas recomendações como apresentado até o momento com praticamente nada evidenciado sobre a responsabilidade corporativa e a governança num todo.

Para esgotar os recursos da evidenciação do princípio de responsabilidade corporativa, buscou-se o Relatório da Sustentabilidade e/ou Balanço Social afim de obter a certeza se a empresa descreve ou não sobre essa demanda.

A BM&FBOVESPA a partir de 2012 passou a recomendar que as empresas listadas apontassem no Formulário de Referência no item 7.8 - "Descrição das relações de longo prazo relevantes da companhia que não figurem em outra parte deste formulário", se publicam Relatório de Sustentabilidade ou afins e onde estão disponíveis. Essa nova iniciativa da BM&FBOVESPA intitulada *Relate ou Explique*,

“permite uma adesão progressiva das companhias à prática de reportar para os investidores informações e resultados relacionados às dimensões social, ambiental e de governança corporativa”.

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. se enquadra na lista de empresas que explicam sua não publicação de relatório de sustentabilidade, o qual suas justificativas encontram-se disponíveis no *site* da BM&FBOVESPA, como apresenta o Quadro 18.

Quadro 18 - Justificativas da não publicação do relatório de sustentabilidade ou similar.

Ano	Relate ou Explique
2012	"Informamos que a companhia ainda não possui um relatório de sustentabilidade ou algo similar. Estamos analisando todo o contexto que envolve a sustentabilidade e a sua geração de valor. A Direção da Unicasa está comprometida com o desenvolvimento sustentável; visa desenvolver e estruturar um relatório de sustentabilidade, demonstrando os valores da sustentabilidade corporativa a seus investidores e ao mercado em geral, que será publicado no futuro próximo."
2013	"Informamos que a companhia ainda não possui um relatório de sustentabilidade ou algo similar (...) A Direção da Unicasa (...) visa desenvolver e estruturar um relatório de sustentabilidade, demonstrando os valores da sustentabilidade corporativa a seus investidores e ao mercado em geral, que será publicado no futuro próximo".
2014	(...) Informamos que a companhia ainda não possui um relatório de sustentabilidade ou algo similar. Estamos analisando todo o contexto que envolve a sustentabilidade e a sua geração de valor (...).
2015	"Informamos que a Companhia ainda não possui um relatório de sustentabilidade ou algo similar. Estamos analisando todo o contexto que envolve a sustentabilidade e a sua geração de valor. A Direção da Unicasa está comprometida com o desenvolvimento sustentável e busca desenvolver e estruturar um relatório de sustentabilidade, demonstrando os valores da sustentabilidade corporativa a seus investidores e ao mercado em geral, que será publicado no futuro próximo."

Fonte: *Site* da BM&FBOVESPA, adaptado pela autora.

Observa-se que a companhia vem justificando praticamente a mesma coisa nos últimos 4 anos o que afirma a sua despreocupação sobre essa questão relevante para os negócios e sua própria perenidade na economia, entretanto, como descrito no relatório da administração de 2014 a empresa possui foco na rentabilidade. Assim segue no Quadro 19 a relação das evidências encontradas com o código do IBGC.

Quadro 19 - Relação do código do IBGC com o desempenho da Unicasa Indústria de Móveis S.A.

<b>Código do IBGC</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Evidências de Sustentabilidade	NÃO EVIDENCIA	NÃO EVIDENCIA
Longevidade	NÃO EVIDENCIA	NÃO EVIDENCIA
Ordem Social	NÃO EVIDENCIA	NÃO EVIDENCIA
Ambiental	PARCIAL	NÃO EVIDENCIA

Fonte: Dados da pesquisa.

A companhia Unicasa Industria de Móveis S.A. não apresenta total comprometimento com os princípios de Governança Corporativa entre eles o de responsabilidade corporativa como revela o Quadro 19 pois, como analisado anteriormente quase não se encontrou evidências do princípio nos relatórios da administração, salvo por uma página com poucas explicações sobre o meio ambiente.

Buscou-se outras publicações da empresa afim de encontrar o princípio de responsabilidade corporativa, mas, também não encontrou-se nada e isso é um fato importante a ser considerado porque a empresa por trabalhar diretamente com madeira não divulga ao menos a preocupação com a preservação do meio ambiente e as origens de sua matéria-prima, o que pode gerar questionamentos de acionistas e público em geral, bem como autoridades competentes e dúvidas quanto a sua perenidade.

### 3.4 ANÁLISE GERAL

Como já apresentado, o princípio de responsabilidade corporativa do IBGC no seu Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, relata que as empresas devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição de seus negócios.

Sendo assim observa-se no Quadro 20 as evidências encontradas do princípio de acordo com o Código do IBGC, nos relatórios da administração das empresas analisadas.

Quadro 20 - Cruzamento das empresas com o código do IBGC.

<b>Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa - IBGC - Princípio de Responsabilidade Corporativa</b>	<b>Lojas Renner S.A.</b>	<b>SLC Agrícola S.A.</b>	<b>Unicasa Indústria de Móveis S.A.</b>
Sustentabilidade	EVIDENCIA	EVIDENCIA	NÃO EVIDENCIA
Longevidade	EVIDENCIA	EVIDENCIA	NÃO EVIDENCIA
Ordem Social	EVIDENCIA	EVIDENCIA	NÃO EVIDENCIA
Ordem Ambiental	EVIDENCIA	EVIDENCIA	EVIDENCIA PARCIAL

Fonte: Dados da pesquisa.

O princípio se refere ao zelo pela sustentabilidade das organizações, sendo este o mais evidenciado nos relatórios da administração da companhia Lojas Renner S.A. e também presente na documentação da empresa SLC Agrícola S.A. A sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento econômico sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

Entende-se que em todas as companhias, a sustentabilidade seja uma questão relevante para se manter transparente e engajada na causa. A empresa Unicasa Indústria de Móveis S.A. não apresentou dados referentes à sustentabilidade, sendo sua matéria-prima a madeira o qual, relaciona-se diretamente com o meio-ambiente o que aumenta sua importância de evidenciação.

Como não se constatou nenhuma evidência do princípio de responsabilidade corporativa nos relatórios da companhia Unicasa Indústria de Móveis S.A., não se pode afirmar se a empresa possui consciência com essa questão, que além de colher resultados e benefícios para a sociedade e o ambiente, a sustentabilidade nos negócios pode ser uma importante fonte de vantagem competitiva e de criação de valor para as empresas.

Acredita-se que a longevidade de uma corporação seja reflexo de suas ações com a sustentabilidade a qual, além do meio ambiente engloba a economia e questões sociais. Sustentabilidade visa também o futuro da companhia e suas gerações, pois, é capaz de gerar benefícios para si e para a sociedade.

As companhias Lojas Renner S.A. e SLC Agrícola S.A. apesar de não usarem o termo longevidade explicitamente na redação de seus relatórios apresentam trechos que relatam sobre a continuidade das empresas sendo estas, as

mesmas que incluíram em seus valores de negócios a sustentabilidade a qual, o princípio de responsabilidade corporativa do Código do IBGC aconselha.

A empresa Unicasa Indústria de Móveis S.A, também não evidenciou nada neste aspecto, utilizando seu relatório da administração somente para fins legais com demonstrações e notas explicativas referentes ao seu desempenho econômico, deixando de lado outros fatores importantes para se apresentar neste documento como os relacionados ao princípio de responsabilidade corporativa.

No caráter de ordem social as empresas Lojas Renner S.A. e SLC Agrícola S.A. evidenciaram suas ações sociais nos relatórios da administração, deixando claro sua contribuição para a sociedade e empresa. Nesse sentido ambas as empresas também apresentaram questões sobre o meio ambiente, como se posicionam sobre este tema, o que estão realizando para preservar e seus projetos futuros.

Assim essas empresas em seus relatórios da administração cumprem todos os requisitos referentes ao princípio de responsabilidade corporativa que consta no Código de Melhores Práticas de Responsabilidade Corporativa.

Na questão de ordem social a Unicasa Indústria de Móveis S.A. não apresentou nada em seus relatórios, somente mencionou no relatório da administração de 2013 o termo projeto social, mas, não descreveu o mesmo.

Referente a ordem ambiental no mesmo relatório de 2013 apresentaram algumas práticas utilizadas pela empresa para proteção ambiental as quais, listaram-se alguns tópicos sem muito detalhamento. No relatório de 2014 não foi evidenciada nenhuma das questões mencionadas.

Sendo assim a Unicasa Indústria de Móveis S.A. apresentou desempenho insatisfatório nas evidenciações sobre o princípio de responsabilidade corporativa, sendo dos tópicos significativos do princípio apenas o meio ambiente levemente apontado nos relatórios da administração dos anos analisados.

Entretanto, as companhias Lojas Renner S.A. e SLC Agrícola S.A. evidenciaram todas as questões que envolvem o princípio de responsabilidade corporativa adequadamente, apresentando a forma que incorporam o princípio em seus negócios e ações.

## 4 CONCLUSÃO

O crescimento e o desenvolvimento das empresas, principalmente a partir da segunda metade do Século XX, trouxeram inúmeras modificações para o ambiente empresarial dentre elas, a implementação da governança corporativa. Para Oliveira (2011, p. 16), “governança corporativa é o conjunto de práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas ao proteger, de maneira equitativa, todas as partes interessadas”.

Entre diversos conceitos existentes sobre a definição da governança corporativa, acredita-se que de modo geral todos tenham a finalidade de aumentar o valor da empresa, gerar mais confiança ao negócio e com isso estreitar o relacionamento com seus acionistas.

Os principais documentos que tratam do tema no Brasil são: o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e a Cartilha de Governança Corporativa da CVM, os quais foram elaborados com base nos principais códigos internacionais que tratam do tema.

A integração de práticas de reponsabilidade corporativa nas companhias, sendo questões sociais e ambientais, ajuda a melhorar a sua reputação e seu nível de reconhecimento, o que sugere mais lucro a longo prazo.

Assim a pesquisa deste trabalho buscou responder a seguinte questão problema: De que forma é evidenciado o princípio de governança de responsabilidade corporativa nos relatórios anuais da administração das empresas gaúchas, listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa nos anos de 2013 e 2014?

Primeiramente ocorreu dificuldade em selecionar a amostra para aplicação do estudo pois, encontrou-se poucas empresas listadas nos segmentos de governança corporativa na BM&FBovespa com sede matriz no estado do Rio Grande do Sul.

Para melhor análise definiu-se que a amostra seria somente as empresas do segmento do Novo Mercado, por ser o mais rigoroso dentre os demais e acreditar que as evidências seriam melhor divulgadas, justificando o número de empresas analisadas.

Através da análise de conteúdo das ocorrências encontradas nos relatórios da administração das empresas, pode-se perceber que o termo princípio de

responsabilidade corporativa não foi evidenciado explicitamente por nenhuma das empresas. Em contrapartida, o termo responsabilidade foi encontrado em todos os relatórios das empresas e constatou-se que as ocorrências relacionadas à responsabilidade corporativa estavam associadas com as palavras responsabilidade social e responsabilidade ambiental.

Com relação à evidenciação implícita do princípio, verificou-se que o termo meio ambiente associa-se a minimizar impactos ambientais nas operações da empresa, minimizar as emissões de gases do efeito estufa e preservação da natureza. Ressalta-se que cada companhia evidencia de forma diferente cada termo, não podendo generalizar os resultados por serem restritos a amostra.

A palavra-chave sustentabilidade foi a que esteve mais presente nos relatórios, ligadas a gestão de sustentabilidade, valor nos negócios, comitê de sustentabilidade dentre outros aspectos os quais incluíam o tema. Os termos educação e cultura também apresentaram destaque nos relatórios da administração estando relacionados aos projetos de ações sociais que recebem maior investimento.

Por fim, os demais termos também apresentaram evidência, porém de menor frequência ou não foram evidenciados pelas empresas com as palavras buscadas na triagem dos termos.

Com isso a questão problema foi respondida satisfatoriamente pois, verificou-se que a forma que as empresas evidenciam o princípio de responsabilidade corporativa estão relacionados com a preocupação que cada uma tem com os tópicos que incorporam o princípio de responsabilidade corporativa sendo eles: sustentabilidade, ordem social, ordem ambiental e longevidade.

Essa evidenciação dá-se pela preocupação com a sustentabilidade apontando todos seus procedimentos nos relatórios com essa questão, pelos projetos sociais incluídos na companhia, listagem no segmento ISE da BM&FBovespa, inclusão da sustentabilidade nos valores da empresa, preservação do meio ambiente de forma que seus produtos não influenciam na emissão de gases poluentes, balanço social entre outras formas de evidências presentes nos relatórios da administração.

Ainda pode-se concluir que mesmo empresas listadas na BM&FBovespa no segmento do Novo Mercado, não seguem rigorosamente suas atribuições, como apresenta a Unicasa Indústria de Móveis S.A. que praticamente não evidenciou sua

responsabilidade corporativa a qual é de interesse da comunidade, o que preocupa e deixa dúvidas sobre a gestão dos negócios e a responsabilidade com a natureza pois se acredita que estejam rigorosamente disciplinados.

Entretanto, a pesquisa apresentou limitações pois, a divulgação da responsabilidade corporativa não é obrigatória por parte das empresas o que poderia ser uma barreira para o desenvolvimento do trabalho, porém, a amostra selecionada apresentou evidências suficientes para conclusão do mesmo e com diferentes aspectos destacados.

A responsabilidade corporativa nas empresas trata-se de uma questão atual e assume uma função mais ampla perante a sociedade e gera maior impacto nas estratégias da empresa gerando benefícios de diferenciação da concorrência, assim produzindo valor para a companhia, beneficiando a comunidade e preservando os recursos naturais tornando-se relevante sua evidenciação para o público de interesse.

Passadas as etapas de levantamento bibliográfico, coleta das evidenciações nos relatórios da administração do princípio de responsabilidade corporativa e decorrida a interpretação dos dados coletados, verificou-se a realização do objetivo geral do estudo.

A pesquisa contribui com o conhecimento sobre o tema por ser pouco abordado em trabalhos de conclusão de curso, para acadêmicos, professores e pessoas que mantêm interesse no mercado de capitais pois, pode influenciar na decisão de investimento ou não de uma companhia pela maneira que comporta-se diante de fatores que objetiva longevidade e geração de valor.

Sugere-se para pesquisas futuras a aplicação do referencial de análise proposto em amostras maiores, de outros estados, outros segmentos de governança corporativa da BM&FBovespa e ainda maior número de anos analisados para realizar uma comparação mais ampla, assim contribuindo para evidenciação deste princípio de responsabilidade corporativa nas companhias e aumentar a compreensão sobre a importância o tema.

## REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Isabel Galego; FORMIGONI, Henrique; ANTUNES, Maria Thereza Pompa. *Corporate Social Responsibility Practices at Brazilian Firms*. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 54, n.1, p. 12-27, jan/fev 2014.

ALVES, C. A. Melo; MACHADO FILHO, C. A. P. Os princípios de governança corporativa e a atuação das ouvidorias em instituições bancárias no Brasil. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, Ano 9, nº 2, abr-jun/2014, p. 51-63.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 165.

ANTONELLI, Ricardo Adriano *et. al.* A adesão ou migração aos níveis diferenciados de governança corporativa e a valorização acionária. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. Salvador, v. 4, n.1, p. 52-76, jan/abr 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014, 382 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade** : teoria e prática. 3.ed. atual. São Paulo: Atlas,2006. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS.**O que a bolsa faz**. Disponível em: <<http://bmfbovespa.com.br/pt-br/intros/intro-sobre-a-bolsa.aspx?idioma=pt-br>> Acesso em 22 de abr. 2015.

\_\_\_\_\_.**O que são segmentos de listagem**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/o-que-sao-segmentos-de-listagem.aspx?idioma=pt-br>> Acesso em 22 de abr. de 2015.

\_\_\_\_\_.**Novo Mercado**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentosdelistagem/novomercado.aspx?idioma=pt-br>> Acesso em 22 de abr. de 2015.

\_\_\_\_\_.**Nível 2**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ptbr/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/nivel-2.aspx?idioma=ptbr>> Acesso em 22 de abr. de 2015.

\_\_\_\_\_.**Nível 1**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/ptbr/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/nivel-1.aspx?idioma=ptbr>> Acesso em 22 de abr. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado.**

Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a\\_bmfbovespa/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique.aspx?Idioma=pt-br](http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a_bmfbovespa/sustentabilidade/nas-empresas/relate-ou-explique.aspx?Idioma=pt-br)> Acesso em 20 de ago. de 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.385**, de 07 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários. Brasília, DF 15 de dez. de 1976. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/leis/lei6385.html>>. Acesso em: 25 de mai 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispões sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF de dez. de 1976. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 25 de mai. 2015.

BRASIL. **Parecer de Orientação CVM nº 15/87**, de 28 de dezembro de 1987. Dispõe procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e auditores independentes na elaboração e publicação das demonstrações financeiras, do relatório da administração e do parecer de auditoria relativos aos exercícios sociais. Brasília, DF de 28 dez. de 1987. Disponível em: <<http://www.cnb.org.br/CNBV/par15-1987.htm>>. Acesso em: 27 de mai. 2015.

CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. 7. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 395 p.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 144 p.

COLOMBO, Jéfferson Augusto; GALLI, Oscar Claudino. Governança Corporativa no Brasil: Níveis de governança e rendimentos anormais. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**. p. 26-37, out/dez 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Recomendações da CVM sobre governança corporativa**. Rio de Janeiro: CVM, jun. 2002. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/investidor-em-acao/files/2011/04/cartilha-CVM-Governan%C3%A7a-Corporativa.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2015.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2012. 213 p.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson, 2004. 168 p.

FARIA, Anderson de Oliveira *et. al.* **Contabilidade internacional: gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 233. Disponível em :<<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/>> Acesso em : 17 abr. 2015.

FILHO ARRUDA Emílio J. M; FILHO FARIAS Milton Cordeiro. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013. 157 p.

FIÓRIO, Simone Luiza *et. al.* A responsabilidade Social Corporativa nos informes empresariais do setor de Telecomunicações: uma análise exploratória e documental. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p.279-295, jan./dez. 2008.

FREGONESI, Mariana Simões Ferras do Amaral; RONCOLATO Aruna. Análise da relação da demonstração do valor adicionado com os relatórios de sustentabilidade das empresas. **VIII Congresso Anpcont**. Rio de Janeiro, 17 a 20 de agosto de 2014. p.17

GIANNARAKIS, Grigoris. *Corporate governance and financial characteristic effects on the extent of corporate social responsibility disclosure*. **Journal Social Responsibility**. v. 10, p. 569-590, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas,2010. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

GUERRA, Sandra. Lei Anticorrupção: empresas já contam com novas práticas. **Revista Relações com Investidores**, n. 187, out.2014. Disponível em : <<http://www.revistari.com.br/187/880/>>. Acesso em : 15 abr. 2015.

HUSSEIN, Magdy M. *Corporate social responsibility: finding the middle ground*. **Journal Social Responsibility**. v. 6, p. 420-432, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4 ed.São Paulo: IBGC, 2009, 73 p. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18180>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

\_\_\_\_\_.**Sistema**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18164>- > Acesso em 01 de mai. de 2015.

\_\_\_\_\_.**Princípios Básicos**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18163> > Acesso em 01 de mai. de 2015.

JACQUES, Flávia Verônica Silva *et. al.* Contabilidade e sua relevância nas boas práticas de governança corporativa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. Florianópolis, v.8, n. 16, p. 37-63, jul/dez 2011.

KPMG. **Criando valor com a responsabilidade corporativa KPMG**. *BusinessMagazine* n.6. São Paulo, ago 2006.

KPMG. **Pesquisa Internacional da KPMG sobre Relatórios de Responsabilidade Corporativa 2013**. Sumário Executivo. São Paulo, 2014.

LA PORTA, Rafael *et. al.* *Investor protection and corporate governance*. **Journal of Financial Economics**. v.58, p. 3-27, october 2000.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera, YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança Corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade

das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, set 2006, p. 65-79.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Sector Público. **Revista de Administração Contemporânea**. V 11, n.2, p. 11-26, abr/jun 2007.

MARTINS, Eliseu *et al.* **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades : de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. xxxi, 888 p.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2.ed. atual. São Paulo: Atlas,2009. Disponível em: <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em: 04 jun 2015.

MILANI, Bruno *et. al.* Práticas de sustentabilidade, governança corporativa e responsabilidade social afetam o risco e retorno dos investimentos?. **Revista Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 667-682, dez. 2012

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança corporativa na prática** : integrando acionistas, conselho de administração e diretoria executiva na geração de resultados. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011-. Disponível em : <<https://ucsvirtual.ucs.br/startservico/MIB/>>. Acesso em : 15 abr. 2015.

OECD. **OECD principles of corporate governance**. Paris, p.70, 2004. Disponível em : < <http://www.oecd.org/daf/ca/oecdprinciplesofcorporategovernance.htm> >. Acesso em : 18 mai. 2015.

PROCIANOY, Jairo Laser, VERDI, Rodrigo. Adesão aos Novos Mercados da BOVESPA: Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 –Determinantes e Consequências. **Revista Brasileira de Finanças**. Porto Alegre, v.7, n.1, p. 107-136, 2009.

RODRIGUES, Fernanda Fernandes *et. al.* Relatórios da administração das companhias brasileiras de capital aberto: uma análise qualitativa. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**. v.4, n.2, p.7-16, jul/dez 2006.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança Corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012. P. 602

SANTOS, Marcos José Araújo, *et. al.* Evidenciação de princípios de governança corporativa: uma análise dos relatórios de auditoria elaborados em 2012 pelo órgão de controle interno da marinha do Brasil. **VIII Congresso Anpcont**. Rio de Janeiro, 17 a 20 de agosto de 2014. p.15.

SILVA, Edson Cordeiro. **Governança Corporativa nas empresas**: guia prático de orientação para acionistas e conselho de administração. São Paulo: Atlas, 2012, 391p.

SILVA, Wesley Vieira *et. al.*. A influência da adesão às práticas de governança corporativa no risco das ações de empresas de capital aberto. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 7, n.4, p.82-97, out/dez 2011.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli. **Governança Corporativa e estrutura de propriedade**: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil. São Paulo, 2004, 250 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SLOMSKI, Valmor. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008. xii, 198 p.

VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e responsabilidade social**: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Atlas, 2011. 147p.